

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Valdir Bernardo Tamanho

O PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – *CAMPUS SERTÃO* -
CONQUISTAS, TENSÕES E DESAFIOS

Passo Fundo RS

2016

Valdir Bernardo Tamanho

**O PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – *CAMPUS SERTÃO* –
CONQUISTAS, TENSÕES E DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, tendo como orientador o Professor Dr. Telmo Marcon.

Passo Fundo

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa Lia Mar, meu filho Andrey e minha filha Andressa, que souberam entender os momentos em que estive ausente do convívio familiar.

Ao meu pai Vitório e minha mãe Dosolina, por terem me concedido a vida e os ensinamentos necessários para fazer parte de uma sociedade digna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado força e coragem para chegar ao fim de mais essa etapa em minha vida.

Agradeço à minha família, minha esposa Lia, aos meus filhos Andrey e Andressa que souberam entender as vezes em que estive ausente.

Aos Professores da UPF do Curso de pós-Graduação PPGEDU de forma especial ao Professor Telmo Marcon que orientou o projeto.

As professoras Maria Carolina Fortes e Rosimar Serena Siqueira Esquinsani por fazerem parte da banca e contribuírem para que o projeto realiza-se.

A todos os amigos que nos momentos mais difíceis estiveram ao meu lado, em especial, Lenir Hannecker, Jasson Vargas e Rangel Mattana.

Ao *Campus* Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS- por ter proporcionado as condições para realização dessa pesquisa.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEAA – Campanha de Adolescentes e Adultos

CEFET – Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica

CERTIFIC - Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

CRA- Coordenação de Registros Acadêmicos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação para Jovens e Adultos

ENCEEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

EP – Educação Profissional

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FIC – Formação Inicial e Continuada

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNEP – Fundo Nacional de Ensino Primário

FUNDEB - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF – Instituto Federal

IFF- Instituto Federal Farroupilha

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONGs - Organização Não Governamental

PAR - Plano de Ações Articuladas

PAS - Programa Alfabetização Solidária

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos

PIB – Produto Interno Bruto

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalho

PNAC – Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNE – Plano Nacional de Educação

PNQ - Prêmio Nacional da Qualidade

PPCs – Projetos Pedagógicos de Cursos

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

PROEP– Programa de Expansão da Educação Profissional

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TCU- Tribunal de Contas da União

UFPA - Universidade Federal De Lavras, Lavras

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPF – Universidade de Passo Fundo

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto Aérea do *Campus Sertão*

Figura 2 - I Encontro do PROEJA do IFRS. Alunos e Professores

Figura 3 - II Encontro de PROEJA do IFRS. Representantes dos *Campi*, trocando experiências

Figura 4 - Alunos acompanhados de professores em visita técnica

Figura 5 - Exposição das imagens dos alunos do PROEJA.

Tabela I – Relação do número de alunos matriculados e formados nos Cursos de PROEJA do IFRS – *Campus Sertão*

Tabela II – Evasão escolar no PROEJA – Rede Federal - Brasil

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) *Campus Sertão*, buscando verificar se a forma como o Programa é oferecido está atendendo aos objetivos propostos pelo programa quando da sua implantação. A partir do Decreto nº 5.840 de 2006, foi instituído em âmbito federal o programa de incentivo à Educação Profissional, incluindo as escolas agrotécnicas que, com a Lei nº 11. 892 de 29 de dezembro de 2008, passaram a constituir os Institutos Federais (IFs). Em agosto de 2007, o MEC elaborou o Documento Base que deu sustentação e orientação ao PROEJA, cujo objetivo é buscar não apenas a redução das desigualdades, mas a construção de uma nova sociedade, que promova a igualdade política, econômica e social e possibilite a aproximação dos jovens e adultos com o mundo do trabalho. O objetivo geral da pesquisa é analisar o curso integrado do PROEJA no IFRS *Campus Sertão* em relação ao cumprimento dos objetivos previstos no Programa, identificando que dificuldades e avanços perpassam essa modalidade de curso. Como objetivos específicos, pretendeu-se: avaliar o Projeto Pedagógico de cada curso e sua estrutura de planejamento; identificar os propósitos do PROEJA como modalidade de curso que permite a inclusão social de seus alunos; avaliar o problema da evasão de alunos através do cotejo entre matrículas e formandos; analisar as contribuições do Programa na emancipação dos alunos; analisar as práticas pedagógicas bem sucedidas e as necessidades de replanejamento para que o Programa cumpra seus objetivos. A pesquisa tem como problema articulador avaliar até que ponto o PROEJA consegue realizar uma formação crítica e emancipadora junto aos sujeitos envolvidos. Buscando atender a esse desafio foi analisada a legislação relativa ao Programa, documentos da escola e registros do curso, confrontados com estudos de Paulo Freire, Miguel Arroyo, Marilda Behrens, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto, Pedro Demo, Ivani Fazenda, Edgar Morin, Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro, Demerval Saviani, Jane Paiva, Boaventura de Sousa Santos, entre outros. Com base na pesquisa, concluiu-se que um dos grandes desafios do Programa é a construção de uma identidade própria para os jovens e adultos envolvidos. Mesmo não havendo garantia de emprego ou melhoria material de vida para os alunos Proeja, é fundamental a construção de novas formas de interpretar e conhecer a realidade. Autores como Frigotto e Ciavatta (2005) tratam do PROEJA como uma primeira organização pedagógica transdisciplinar. Por se tratar de uma demanda que apresenta alunos com uma grande diversidade social, cultural, com diferentes faixas etárias, é fundamental uma metodologia específica de trabalho, bem como um sistema curricular integrado. A conclusão a que chega a pesquisa é a de que o Proeja no IFRS, *campus Sertão*, conseguiu avanços importantes, mesmo enfrentando muitas dificuldades, entre elas: a falta de conhecimento de como trabalhar com essa modalidade e a manutenção dos alunos matriculados em atividades, evitando a desistência e a evasão. Por outro lado, é importante o retorno dos alunos à escola e os avanços proporcionados em relação à autoestima, melhoria nas condições de vida familiar e social e a satisfação de estar matriculado e fazer parte de uma instituição importante para a região. Em relação às tensões vividas no curso, a maior delas incide sobre como garantir que os alunos que iniciam o curso possam concluir seus estudos.

Palavras chave: Política Educacional. Educação Profissional. EJA. PROEJA.

ABSTRACT

This study has the objective to analyze the National Program of Integration from the Professional Education with the Basic Education in the young and adults level-PROEJA in Federal Institute of Education, Science and technology from Rio Grande do Sul (IFRS) Campus Sertão, searching to verify if the way how the Program is offered, is attending the proposed objectives by the program about its implantation. From the Decree law no. 5.840 from 2016 was instituted in federal level the incentive program to the Professional Education, including the Agro technical schools that with the Law no. 11. 892 in December 20th 2008, started to form the Federal Institutes (IFs). In August, 2007, MEC elaborated the Basic Document that supported and orientated PROEJA, which objective is to search not only the reduction of the inequalities, but the construction of a new society, which promotes the equality, economical and social politics and enable the approach of youngster and adults to the labor market. The general objective of this search is to analyze the integrated course of PROEJA in IFRS Campus Sertão in relation to the fulfillment of the objectives predicted in the Program, identifying the difficulties and advances pass by this modality of the course and such as specific objectives, it was intended: to evaluate The Pedagogical Project of each course, and its structure of planning; to identify the purposes of PROEJA such as modality of the course that allows the social inclusion of its students, to evaluate the problem of students' evasion through the relation between the enrolments and students graduated: to analyze the contribution of the program in the students' emancipation; to analyze the pedagogical practices that had success and the necessities of replanning so that The Program fulfils its objectives. The search has such as articulating problem to evaluate the extent to which PROEJA can provide a critical and emancipatory graduation in the subjects involved. Searching on how to achieve this challenge it was analyzed the legislation relative to the Program, school documents, and registers of the course compared with Paulo Freire, Miguel Arroyo, Marilda Behrens, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto, Pedro Demo, Ivani Fazenda, Edgar Morin, Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro, Demerval Saviani, Jane Paiva, Boaventura de Souza Santos studies, among others. Based on the survey we concluded that one of the biggest challenge of this Program is the construction of an own identity to the youngsters and adults involved. Even without job guarantee or material improvements to the students' life PROEJA is fundamental to the new forms of constructions on how to interpret and know the reality.. Authors such as: Frigotto e Ciavatta (2005) treat PROEJA such as the first transdisciplinary pedagogy organization. Because of a demand that has students with a big social, cultural diversity, with different group ages, it's necessary a specific methodology of work, as well as an integrated curriculum system. The conclusion of this research is that PROEJA in IFRS, campus Sertão, got important advances, even facing many difficulties, among them: lack of knowledge on how working with this modality and the maintenance of the students enrolled in activities, avoiding the withdrawal from school and the evasion. On the other hand, it's important the students' return to school and the advances proportioned in relation to the self-esteem, improvements in the social and familiar life and the satisfaction of being enrolled and take part of an important institution of the region. In relation to the tensions lived in the course, the most of them happen to guarantee that the students that start the course can conclude their studies.

Key words: Educational Policy, Professional Education, EJA, PROEJA

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS | 20 |
| 2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL | 30 |
| 2.1. A Educação Profissional no Governo Lula. | 35 |
| 3 PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA. | 43 |
| 3.1 O Currículo Integrado | 46 |
| 3.2 O <i>Campus Sertão</i> e o PROEJA | 51 |
| 3.3 Avaliação dos alunos do PROEJA no <i>Campus Sertão</i> | 59 |
| 3.4 A metodologia no Proeja | 61 |
| 3.5 Participação do proeja em eventos | 63 |
| 3.6 Inclusão Social e o PROEJA | 65 |
| 3.7 PROEJA e a Evasão Escolar | 68 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 73 |
| REFERÊNCIAS | 80 |
| ANEXO I Ficha de inscrição para ingresso no curso, comparativo de idades | 87 |
| ANEXO II Ficha de inscrição para ingresso no curso, comparativo de idades ... | 88 |
| ANEXO III Comprovante de pagamento para qualificação de docentes. | 89 |
| ANEXO IV Matriz curricular Curso Técnico em Agroindústria | 90 |
| ANEXO V Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática | 92 |
| ANEXO VI Edital para exame de seleção para ingresso no curso PROEJA. | 94 |
| ANEXO VII Produção textual, parte do processo de ingresso do aluno. | 95 |
| ANEXO VIII Ficha de entrevista dos candidatos | 96 |
| ANEXO IX Edital de matrícula do Curso PROEJA | 96 |
| ANEXO X Convite de formatura do Curso Técnico em Informática | 98 |
| ANEXO XI Matriz Curricular Curso Técnico em Comércio | 98 |
| ANEXO XII Professora Maria Ciavatta palestrando no <i>Campus</i> | 100 |
| ANEXO XIII Professor Gaudêncio Frigotto palestrando no <i>Campus</i> | 101 |

INTRODUÇÃO

Meu envolvimento com a docência começou quando ingressei no curso de Licenciatura Plena em Matemática e Física na Universidade do Alto Uruguai e das Missões – URI - *Campus* Erechim. O gosto pela profissão começou antes mesmo da conclusão do curso, quando fui contratado como professor substituto da rede estadual do Rio Grande do Sul, para atuar na escola estadual Engenheiro Luiz Englert no município de Sertão. Com a conclusão do curso, percebi a necessidade de ampliar os conhecimentos. Foi então que iniciei uma Especialização em nível de Pós-Graduação em Cálculo e Estatística, na Universidade Federal de Lavras/MG (UFLA).

A caminhada profissional como professor teve início no ano de 2002, quando fui aprovado em concurso público na Prefeitura Municipal de Sertão, passando a fazer parte do quadro efetivo de servidores daquele município. Com formação na área de física e sabendo da carência desse profissional no mercado de trabalho, fui em busca de ampliar os conhecimentos, e foi na Universidade de Passo Fundo (UPF) no ano de 2003 que me especializei na área. No ano seguinte, passei a fazer parte da rede estadual de ensino, como professor contratado, para atuar na Escola Estadual de Ensino Médio Ponche Verde, no município de Sertão.

Com a expansão dos Institutos federais, no ano de 2009, houve a necessidade de contratar novos profissionais e vários concursos públicos foram realizados, quando em um deles obtive aprovação para atuar no Instituto Federal Farroupilha (IFF), *Campus* de Alegrete RS, onde fui nomeado no ano de 2010. Nesse mesmo ano fui transferido para o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) *Campus* Sertão.

Foi então que tive minha primeira experiência com Educação de Jovens e Adultos - EJA. Tinha a ideia de que o aluno da EJA era aquele que quando em idade regular, não aproveitou a oportunidade de estudar e via no PROEJA a possibilidade de conseguir um certificado de conclusão do ensino médio e formação profissional, porém sem nenhum comprometimento com o aprendizado. Com o início das aulas e a convivência com eles repensei o conceito pré-formado em relação a esses sujeitos e passei a entender a realidade de vida de cada um. Na verdade eles (em sua grande maioria) eram alunos que quando em idade regular, ou seja, quando deveriam estar em sala de aula, não tiveram escolha entre o estudo e o trabalho, pois tinham que contribuir no sustento da família. Retomar os estudos naquele momento, era para eles a

oportunidade, independente da idade, para conseguir uma formação profissional e conquistar o seu espaço no mundo do trabalho.

A realidade de um passado de sofrimento desses alunos e a possibilidade de que ali poderia estar a oportunidade para um mundo melhor, foi o que me motivou a estudar o PROEJA no *Campus Sertão*. Por isso, elaborei um projeto de pesquisa sobre esse tema e fui selecionado no programa de pós-graduação em educação da Universidade de Passo Fundo.

Para compreender melhor o lugar dos sujeitos do Proeja e da condição de excluídos da história foram importantes as contribuições de Boaventura de Sousa Santos quando discute a perspectiva da epistemologia do sul e a necessidade de fundamentar o conhecimento e a ciência em critérios diferentes daqueles dominantes que justificaram a exclusão desses sujeitos. Dessa forma, Santos dá a seguinte definição de epistemologia:

Toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimentos sem práticas e atores sociais. E como umas e outras não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias (2010, p. 15).

Santos (2010) fala do pensamento abissal que, segundo sua definição, tem com característica fundamental a “impossibilidade da copresença dos dois lados da linha...” (p. 32). Assim, reconhece-se apenas o poder do dominante e aos outros são negados os direitos de serem sujeitos e em condições de pensarem alternativas. A respeito, diz Santos (2010, p. 33),

O pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. O caráter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não científicas de verdade.

O estabelecimento de linhas demarcatórias entre o que constitui conhecimento verdadeiro e em oposição às demais formas de conhecimento, é o foco das críticas de Boaventura de Sousa Santos ao modelo hegemônico de ciência. A definição rigorosa de determinados parâmetros impede o reconhecimento de outras formas de pensar e de saberes, entre os quais, os conhecimentos “populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas”. O pensamento abissal estabelece que “do outro lado da linha, não há

conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica” (2010, p, 33-34). Cabe observar que esses procedimentos ainda se fazem presentes em análises, especialmente, quando apoiadas em estatísticas que comparam e, por conseguinte, excluem o diferente e que não se enquadra nos critérios gerais estabelecidos.

Em relação ao Proeja, senti desde o início das atividades desenvolvidas que um dos entraves era como trabalhar com a heterogeneidade de alunos em uma mesma turma. Tratava-se de alunos com realidades sociais e culturais totalmente diferentes. Esse passou a ser então, o maior desafio, não apenas meu, mas de todos os docentes que atuavam com essa modalidade de ensino. Por vezes percebi que alguns alunos se sentiam deslocados, certamente pelo tempo em que estiveram afastados dos estudos. Sentia-me despreparado e sem o conhecimento didático necessário para atender essas especificidades. É nesse sentido que Carrano (2007, p. 1) ajuda a pensar na questão quando diz:

[...] alguns professores (e também alunos mais idosos) parecem convencidos de que os jovens alunos da EJA vieram perturbar e desestabilizar a ordem “supletiva” escolar. Outros demonstram sua vontade em aprofundar processos de interação, mas reconhecem seus limites para despertar o interesse desses que sob certos aspectos se apresentam como “alienígenas” em sala de aula.

Sob esse olhar então, essa angústia em fazer bem essa atividade, tornou-se um desafio para a docência diante da responsabilidade de unir a formação geral e a formação profissional em um sistema de formação integrada e buscando contemplar trabalhadores, jovens e adultos, com inclusão no meio social, além de inseri-los no mercado de trabalho com mão de obra mais qualificada, bem como oportunizar aos jovens e adultos o retorno às salas de aulas, fazer parte de uma sociedade igualitária e poder usufruir dos direitos de cidadão. Boneti, (2004, p.217) ao se referir à cidadania plena comenta:

[...] o cidadão para ser cidadão, precisa ser incluído no contexto social através de alguns direitos sociais básicos, como é o caso do trabalho, do saber escolarizado, do atendimento igualitário à saúde e educação, ser reconhecido como diferente etc. O não atendimento a um desses direitos supõe trazer implicações ao direito da cidadania, o que poderia significar um processo de exclusão.

A educação é tida como um pilar de desenvolvimento de qualquer país, e, no Brasil, não é diferente, pois muito se discute inclusive o aumento do percentual de recursos do Produto Interno Bruto - PIB a ser aplicado na educação. No Brasil, os investimentos mínimos à educação estão garantidos na Constituição Federal de 1988¹, tanto pela União, quanto pelos Estados e Municípios: “Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Porém, quando me refiro à atenção financeira e política da educação, em minha caminhada docente percebi muito cedo que na educação não se pode apenas pensar em investimentos financeiros, mas de um maior comprometimento dos profissionais que nela atuam, principalmente educadores que trabalham na educação de jovens e adultos, pois alunos exigem estratégias e conhecimentos, que vão além dos saberes básicos dos conteúdos de cada área. Está muito dependente dos profissionais da educação o sucesso da aprendizagem em nossas instituições, especialmente nas relações de partilha de conhecimentos e de práticas pedagógicas.

Essa referência ao papel dos educadores na partilha de saberes, o MEC no Documento Base do Programa PROEJA, (BRASILb, 2007, p.13) fala da “[...] formação humana na vida e para a vida, e não apenas de qualificação do mercado ou para ele”. Então se trata de uma relação de aprendizagem mútua entre educadores e educandos e que a formação humana vai além dos bancos escolares.

Não se trata de diferenciar em que modalidades ou níveis de formação estão inseridos os cidadãos brasileiros, mas que a educação se configura como uma atividade permanente, necessária e que pode efetivamente promover essa transformação sobre o processo de emancipação do cidadão. Fazer com que a educação seja pensada na perspectiva da valorização das diferenças não significa justificar a desigualdade conforme afirma Frigotto (2005, p.248):

Reconhecer a diferença entre os sujeitos individuais e sociais não é mesmo que legitimar a desigualdade. Pelo contrário, toma-se a própria diferença, sobretudo, aquela que é fruto da desigualdade, como ponto de partida real para sua auto superação naquilo que diz respeito ao sistema educativo. Sabemos que a desigualdade não é gerada na escola, mas na sociedade. A escola pode reforçá-la ou contribuir para sua superação.

¹ Está tramitando no Senado uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC/55), já aprovada na Câmara Federal (PEC 241), que poderá alterar os índices de financiamento da educação conforme previsto atualmente na Constituição Brasileira.

A formação de nível médio ocupa espaço e contribui significativamente na formação para o mundo do trabalho, diante de uma sociedade mais exigente, isso por que a evolução rápida do mundo requer uma formação contínua dos saberes. Para Ramos (2005, p.108)

Se a educação básica é o processo pelo qual as pessoas têm acesso aos conhecimentos e à cultura da sociedade em que vivem, por meio de uma formação específica, que em nosso sistema educacional se nomeou como educação ou formação profissional, as pessoas se apropriam de conhecimentos relacionados mais imediatamente com o mundo da produção. Por isso, o direito à educação em todos os níveis e modalidades é uma das condições fundamentais para a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano.

Quando se trata de qualidade de formação profissional se faz referência ao tripé necessário que envolve o aluno: o ingresso, a permanência e igualmente o seu sucesso no mundo do trabalho. Até mesmo nos setores que apresentam alta rotatividade de trabalho, a qualificação profissional é fator predominante e o PROEJA tem o papel de contribuir nessa formação, bem como na melhoria de qualidade de vida pessoal, social dos jovens e adultos.

Com a expansão da rede federal de educação profissional² mediante abertura de inúmeras novas unidades de ensino, no IFRS muito se tem discutido sobre políticas de educação profissional, especialmente em seminários, reuniões pedagógicas, turnos de formação e palestras sobre o tema. Até porque a expansão de novas instituições, novos cursos e novas matrículas exigem planejamento para não se preocupar apenas para o incremento quantitativo de alunos, mas observar o aspecto qualitativo de formação dos alunos.

² Em 2008, o governo brasileiro instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Profissional e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892, aprovada em 29 de dezembro. Assim, os 31 Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, as 75 Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, as 39 Escolas Agrotécnicas, as 8 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e as 7 Escolas Técnicas foram transformadas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Algumas instituições não aderiram ao processo de transformação: 2 CEFETs, 25 Escolas Vinculadas e uma Universidade Tecnológica. Além dessas instituições foram ainda criadas mais 140 novas unidades, denominadas *Campi* dos IFs (BRASIL, 2012)

Nesse sentido o PROEJA veio contribuir não apenas na formação de ensino médio desses sujeitos, mas principalmente para formar profissionais inseridos no mundo do trabalho.

O PROEJA, de acordo com a legislação que o instituiu como Programa, tem esse viés de oportunidade, permite que muitos jovens e adultos retornem aos bancos escolares em busca de qualificação profissional, de uma formação integral e integrada, aliando a formação técnica à formação para a vida, contribuindo para o processo de inclusão dos alunos, mesmo que isso não tenha sido proporcionada em idade apropriada.

Essa análise se ajusta perfeitamente à realidade de alunos da Educação de Jovens e Adultos que retornam aos bancos escolares com uma diversidade de expectativas, sonhos e propósitos que precisam ser valorizados em sala de aula, ou ao menos levados em consideração nas práticas docentes.

Mas é preciso ainda avançar e avaliar os efeitos do PROEJA na instituição e na vida dos alunos. Por vivermos um momento importante da educação profissional com a expansão de novas instituições, novos cursos e novas modalidades de ensino, pretendemos identificar, através da presente pesquisa, que possibilidades e avanços se estabelecem a partir das políticas para jovens e adultos.

Por essa razão, observada a condição no *Campus Sertão* de que ainda não se efetivou qualquer estudo a acerca dos cursos na modalidade PROEJA, nossas inquietações se concentram no tripé proposto para nosso estudo: conquistas, tensões e desafios. Para isso o estudo tem como questão central, verificar como os cursos PROEJA no *Campus Sertão* estão sendo oferecidos, desde a sua implementação e se estão atendendo o propósito de incluir esses jovens e adultos no meio social e inseri-los no mundo do trabalho através de uma formação profissional.

Para essa investigação o objetivo geral é analisar o curso integrado do PROEJA no IFRS *Campus Sertão* no que se refere ao cumprimento dos objetivos previstos no programa, identificando que dificuldades e avanços perpassam essa modalidade de curso.

Também definimos como objetivos específicos: (i) avaliar o Projeto Pedagógico de cada curso, e sua estrutura de planejamento; (ii) Identificar os propósitos do PROEJA como modalidade de curso que permite a inclusão social de seus alunos;(iii) avaliar a situação de discentes na relação matrículas e formandos (evasão); (iv) analisar as contribuições do Programa na emancipação de seus alunos; (v) analisar as práticas

pedagógicas bem sucedidas e as necessidades de replanejamento para que o Programa cumpra seus objetivos.

Buscando alcançar esses objetivos, a pesquisa será qualitativa onde visa a construção da realidade sem ser quantificado. Conforme propõe Minayo (2004, p.57) quando diz que essa abordagem

não pode pretender o alcance da verdade, com o que é certo ou errado; deve ter como preocupação primeira a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade. Preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Significado como conceito central. Fenômeno entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos.

A mesma autora (1995, p. 21-22) diz ainda que a pesquisa qualitativa, responde a questões particulares.

Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Inseridos nessa análise, temos como uma das tensões o número de alunos que iniciam, mas não concluem o curso. Para isso faremos um estudo quantitativo buscando dados de evasão e permanência no curso oferecido no *Campus*. Nessa perspectiva, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso que, segundo Yin (2001), é um tipo de estudo que indica a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real. O mesmo autor (2005), diz que uma investigação empírica abrange todo um planejamento de técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos.

Essa pesquisa poderá contribuir na avaliação do curso em seu desenvolvimento, especialmente para melhorar a qualidade de formação, ressignificação do mesmo para o *Campus*, bem como a definição de novas demandas de alunos uma vez que historicamente o curso tem apresentado características de sazonalidade e de atendimento de demandas pontuais ou em períodos específicos, portanto, sem garantia de continuidade.

Esse trabalho é constituído de uma introdução que identifica a investigação pretendida sobre o PROEJA onde constam a justificativa, uma contextualização inicial,

os objetivos, o problema definido de pesquisa e a estrutura dos capítulos. No primeiro capítulo faremos uma análise das políticas de Educação para Jovens e Adultos (EJA), seu histórico e suas políticas de inclusão, principalmente após a LDB/96.

O segundo capítulo trata da educação profissional no Brasil, destacando brevemente a Revolução Industrial no século XIX e a Escola de Aprendizes Artífices no início do século XX, mas se concentra no final do século XX e início do século XXI, principalmente no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

No terceiro capítulo daremos uma atenção especial ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA desde a sua implantação objetivos do programa, a forma de trabalhar o saber sistematizado e as metodologias e práticas pedagógicas, bem como da importância do currículo integrado no projeto pedagógico do curso, da metodologia e didática específicas para o PROEJA e a inclusão social do programa. Tudo isso visando dar conta de como o curso vem sendo oferecido no *Campus Sertão*. Nas considerações finais serão retomadas as nossas inquietações em relação ao PROEJA no *Campus Sertão*, as conquistas, tensões e os desafios que permanecem.

1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS

Antes mesmo de uma análise acerca da Educação de Jovens e Adultos – EJA - é importante reportarmos-nos a Paulo Freire (1980, p. 33-34) quando ele diz que “Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se)”. E ainda, partindo da análise sobre educação como um processo de humanização, a concepção pedagógica defendida por Paulo Freire já na década de 1950 é a Educação Libertadora. Sua concepção tem como característica a emancipação do sujeito perante sua condição de opressão e suas ideias contemplam o processo educativo como um caminho que prepara esse sujeito para transformar sua realidade.

Nesse sentido há várias adjetivações de educação, entre as quais, “Educação Popular” que é, segundo Brandão (2002, p. 141-142),

algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida – e – volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo”.

Por sua vez, a denominação “Educação para todos” foi utilizada na Conferência Mundial, realizada em março de 1990, em Jomtien, na Tailândia. Iniciava-se o movimento de patrocínio de uma conferência mundial para lançamento de uma ação destinada a atender as necessidades fundamentais de crianças, jovens e adultos visando, segundo seus idealizadores, eliminar a séria degradação do serviço de educação, observada mundialmente.

E quando falamos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), estamos nos referindo a uma educação que requer dos educadores uma habilidade para valorizar os saberes discentes, além de entender a faixa etária e as dificuldades que um aluno traz consigo para a sala de aula. A EJA é voltada a atender pessoas que por algum motivo não tiveram acesso ao ensino regular em idade apropriada. São alunos com especificidades, que exigem da ação docente um esforço maior e diferenciado de motivação para a aprendizagem. É nesse sentido que Moura e Pinheiro (2009, p. 100),

referem-se aos alunos da EJA como sujeitos que trazem consigo um conjunto de características próprias, como descontinuidades de estudos, reprovações, lacunas cognitivas, necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar ou para manter a própria família, entre outras amplamente conhecidas na literatura específica da EJA, que os diferencia fortemente dos demais.

Os alunos jovens e adultos são homens e mulheres com histórias reais e com experiências vividas e muitas vezes rejeitados pela sociedade devido os seus valores sociais e culturais. Para Arroyo (2005, p. 29), em geral, são alunos “pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência. São jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos, culturais”. É uma modalidade de ensino que traz em seu passado um histórico com pouco incentivo e isso tem contribuído para que muitos jovens e adolescentes continuem fora dos bancos escolares. É importante salientar que parte desses jovens e adultos que estão fora das salas de aulas se deve ao fato de serem analfabetos.

Segundo dados do IBGE (2014), no ano de 2012 o Brasil tinha 8,7% da população acima de 15 anos analfabetos, o que significa cerca de 13 milhões de brasileiros que não sabiam ler, nem escrever e, se levarmos em consideração os analfabetos funcionais (que conhecem as letras e os números, mas não conseguem atender os requisitos de utilizá-los minimamente), esse índice se eleva para 27% da população brasileira.

Ao longo dos anos, os governos não deram a atenção devida a essa modalidade de ensino, criaram programas visando baixar e até mesmo zerar os índices de analfabetismo, porém em sua grande maioria os programas não atenderam os objetivos propostos. Entre esses programas merecem destaque o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) instituído pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, criado no governo militar com o objetivo de erradicar o analfabetismo em dez anos. Na concepção crítica de Paulo Freire (1981, p.13), o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas “uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”. Para Mota (2009, p. 15) o programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam a assinar o nome, e não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem.

Depois de quase duas décadas sendo oferecido e sem atingir os objetivos a que se propôs, em 1985, o programa foi extinto, sendo substituído pela Fundação EDUCAR,

que entrou em vigor através do Decreto nº 92.374, de 06 de Fevereiro de 1986. Esse programa tinha como finalidade a execução dos programas de alfabetização por meio do apoio financeiro de outros níveis de governo, de organizações não governamentais e de empresas; era subordinada ao MEC e tinha na educação básica sua especialidade. As verbas para a execução do programa eram encaminhadas às prefeituras municipais.

A existência de um programa de apoio financeiro às matrículas da educação de jovens e adultos em âmbito federal (até 2002, conhecido por Recomeço, depois de 2003 passou a ser chamado de Fazendo Escola e, posteriormente, PEJA até sua extinção em 2007) revela que há dificuldades dessa modalidade em se manter pelas iniciativas exclusivas dos estados e municípios. Essa dificuldade se intensificou desde a implantação da Lei nº. 9.424 que em 1996 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), cujos vetos impediam a contagem dos alunos matriculados em EJA para a distribuição dos recursos que seriam investidos no ensino fundamental.

A principal função do programa era a complementação de recursos para que os gestores municipais e estaduais não fechassem as classes de educação de jovens e adultos do ensino fundamental que não poderiam ser beneficiadas com os recursos do FUNDEF. De um lado os estados e municípios que, tendo matrículas em EJA, não se enquadravam nos critérios do programa e não receberiam recursos, portanto, tinham de se manter sem apoio do governo federal; de outro lado, estados e municípios beneficiários do programa, que passam a depender da chegada do recurso para manter a oferta de EJA, ou seja, aquilo que era para constituir apoio para ampliar a oferta tornou-se condição para abertura das classes de EJA.

A Resolução CD/FNDE nº. 25, de 16 de junho de 2005 (BRASILa, 2005), deixa de fazer distinção de estados e municípios por índice de desenvolvimento humano (IDH), passando a universalizar o apoio a todos que têm matrícula em EJA. Essa Resolução também indica uma aproximação entre matrículas da EJA e alunos potencialmente mobilizados pelas turmas de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). O repasse de recursos da União para os estados e municípios é feito mediante a publicação de uma resolução que orienta a execução do Programa Fazendo Escola, que passou a ser conhecido como PEJA que teve uma existência curta, pois, desde 2006 dá-se início a um processo de transição da política de financiamento do governo federal, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) pela Emenda

Constitucional Nº 53/2006 (BRASILa, 2006), regulamentado pela Lei Nº 11.494/2007 e pelo Decreto Nº 6.253/2007 (BRASILc, 2007) em substituição ao FUNDEF, que vigorou de 1997 a 2006. O FUNDEB vai incorporar a matrícula da EJA na contabilização dos recursos, o que resulta na extinção do PEJA.

A implantação do FUNDEB a partir de 2007 não elimina, todavia, outras ações financiadas pelo governo federal no campo da EJA, as quais já vinham sendo implementadas desde o início do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Um desses programas está focado na integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, o PROEJA; outro é dirigido exclusivamente aos jovens que não concluíram o ensino fundamental, numa perspectiva de inclusão, o Projovem Urbano.

Desde a década de 1990, o Brasil passa por mudanças importantes na área econômica, política (*impeachment* de Collor) e social. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Educação de Jovens e Adultos, passa a ser contemplada de forma mais efetiva. A referida lei reporta-se à oportunidade de acesso à escola em idade própria e ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais que podem ser aferidos e reconhecidos pelas instituições de ensino, credenciadas para tal. Nela está previsto que a Educação deve-se vincular ao mundo do trabalho e à prática social. Estabelece como finalidade da educação, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Para dar sustentação a esse viés da educação, de acordo com os parágrafos primeiro e segundo do Art. 37 da referida lei, cabe ao governo oferecer condições dignas de funcionamento, para que seus objetivos de inclusão social e melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional sejam efetivados.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

A educação de jovens e adultos passa a ter um aumento significativo em sua demanda, como consequência da alteração na LDB/1996, especialmente a mudança da idade mínima de 18 para 15 anos para ingresso no Ensino Fundamental e de 21 para 18 anos para ingresso no Ensino Médio. De acordo com o Art. 38.

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Essa função reparadora da EJA proporciona ao adulto analfabeto a possibilidade de estar em condições de igualdade numa sociedade que, muitas vezes, marginaliza e exclui esses indivíduos. Foi então que o governo passou a formar parcerias com ONG's, universidades e municípios que passam a ter um papel importante na busca de novas alternativas para contemplar essa modalidade de ensino.

Nesse mesmo período, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou, em julho de 1997, em Hamburgo, Alemanha, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), que tinha como objetivo discutir propostas previamente estabelecidas em encontros estaduais e municipais realizados em conferências no Brasil e no exterior. Como diferencial das outras CONFINTEAs essa teve a participação de vários segmentos, todos com a preocupação de que nas próximas décadas houvesse avanços para a Educação de Jovens e Adultos. De acordo com a Declaração de Hamburgo (1997), para enfrentar os desafios de século XXI, é fundamental a participação de homens e mulheres para que haja um desenvolvimento justo e sustentável, mas sempre respeitando os direitos humanos.

Nesse mesmo documento, o alto índice de analfabetos em todo mundo, foi motivo de preocupação, pois esse não é um problema apenas dos países de baixa renda, mas que atinge países com maior índice econômico. Ao referir-se à situação dos analfabetos, a Declaração de Hamburgo (1999, p. 25), afirma:

Ainda hoje, mais de um bilhão de pessoas não adquiriram uma instrução elementar e, mesmo nos países mais prósperos, há milhões que não estão em condições de manter essa conquista. Em todas as partes do mundo, a alfabetização deveria abrir o caminho de uma participação ampliada na vida social, cultural, política e econômica. É imperioso que ela seja conectada com a situação socioeconômica cultural de cada um. A alfabetização permite ao indivíduo assumir eficazmente sua função na sociedade a que pertence, construí-la e moldá-la. Ele é um processo de autotransformação cultural e social das coletividades. Ela deve responder às necessidades das mulheres, assim como dos homens, a fim de lhes permitir compreender as relações de interdependências que conectam sua situação pessoal com as realidades locais e mundiais.

Com base nessas considerações fica evidente que na década de 1990 surgem muitas iniciativas educacionais e a Educação de Jovens e Adultos desponta como uma

preocupação em termos de discussões, legislação e iniciativas para atender com mais concretude essa demanda.

Para ratificar essas iniciativas foi criado no Brasil em 1997, pelo Conselho da Comunidade Solidária³, o Programa Alfabetização Solidária (PAS), para atender jovens e adultos de 12 a 18 anos de idade, nas cidades com maior índice de analfabetismo. Os alfabetizadores eram jovens da própria cidade que estivessem cursando o Ensino Médio, magistério ou 8ª série do Ensino Fundamental. O programa foi considerado pela UNESCO como destaque, tendo recebido o título de “Iniciativas Bem Sucedidas”, em 1999. O programa atendeu até o fim do ano 2000 cerca 1,5 milhão de alunos em mais de 1.016 municípios.

Outro avanço significativo foi a elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos pelo Parecer nº 11/2000 (BRASILa, 2000) que, de certo modo, visava ajustar um compromisso de dívida com a sociedade brasileira em termos de educação de jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado. Muitos destes jovens e adultos dentro da pluralidade e diversidade de regiões do país, dentro dos mais diferentes estratos sociais, desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, a literatura de cordel, o teatro popular, o cancionero regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileira e indígena (BRASILa, 2000, p. 5).

Essa diversidade é característica do público que frequenta essa modalidade de ensino. O Parecer CEB nº. 11/2000 (BRASILa, p. 61), faz referência a isso quando diz que, “a heterogeneidade do público da EJA merece consideração cuidadosa. A ela se dirigem adolescentes, jovens e adultos e de situação social, aí compreendidos as práticas culturais e valores já constituídos.”

3 Comunidade Solidária é um programa do governo federal brasileiro que foi criado em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que assinou o Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Foi encerrado em dezembro de 2002, sendo substituído pelo Programa Fome Zero.

A Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de jovens e adultos, leva em consideração essas especificidades em seu art.5º, parágrafo único, quando diz que,

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. (BRASILb, 2000).

A mesma Resolução, art. 6º, diz que “Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.”

Percebe-se a articulação que se estabelece no sentido de ver contemplado na sua plenitude a modalidade de educação de jovens e adultos, prevendo-se também a valorização dos conhecimentos e saberes desses indivíduos, historicamente portadores de conhecimentos da vivência pessoal, profissional e social.

Nesse sentido, em 2002, o Ministério da Educação criou através da Portaria nº 77/2002 o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que se constitui num exame para avaliar as competências e habilidades básicas adquiridas no processo escolar de jovens e adultos residentes no Brasil e no Exterior e que não tiveram oportunidade de acesso à escola em idade regular. A partir de 2009 o Exame Nacional passou a ser realizado visando à certificação apenas do Ensino Fundamental, pois a certificação do Ensino Médio passou a ser realizada com os resultados do ENEM.

Ascendendo para outras iniciativas, no ano de 2003, já no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Educação criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo como medida de superar o analfabetismo no Brasil. No mesmo ano foi implantado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), através do Decreto nº 4.834, de 08 de setembro de 2003 e revogado pelo Decreto nº 6.093 de 2007 (BRASILd, 2007) visando alfabetizar além de jovens e adultos, também idosos. O Programa foi desenvolvido em todo território nacional tendo como prioridade os municípios que apresentassem alta taxa de analfabetismo, medidos pelo IBGE com base nos dados de 2000. Os alfabetizadores foram preferencialmente professores da rede

pública, sendo que os mesmos recebiam bolsa do Ministério da Educação para atuarem no contraturno de suas atividades.

São extremamente importantes essas ações para permitir o ingresso dos cidadãos nos programas para Educação de Jovens e Adultos. Nesse mesmo sentido, Arroyo (2006, p. 29) afirma que os jovens e adultos ao retornarem à escola buscam o “direito ao trabalho, o direito à dignidade, o direito a um futuro um pouco mais amplo, o direito à terra, o direito a sua identidade negra ou indígena. Esse traço é muito comum, a educação de jovens e adultos nunca aparece como direito isolado, sempre vem acompanhado de lutas por outros direitos”.

Mas havia necessidade de avanços nesse sentido, e é com esse pensamento que em 2005, o governo federal instituiu o PROEJA, através do Decreto nº 5.478 (BRASILb 2005), sendo substituído, em 2006, pelo Decreto Nº 5.840 (BRASILb, 2006) que introduz novas diretrizes, incluindo a oferta de cursos do PROEJA para o público do ensino fundamental de EJA. Esse programa objetiva atender a educação profissional, integrando o ensino fundamental e ensino médio e buscando a inserção do educando no mercado de trabalho (BRASILb, 2006). O grande desafio é encontrar meios para que esses alunos não apenas ingressem nos programas, mas que possam permanecer até concluir o curso.

Para Haddad (1987, p. 16), é fundamental o planejamento e a organização educacional, pois a permanência e a conclusão do curso “será atingida através da melhoria da qualidade de ensino, eliminando a capacidade ociosa, planejando um aumento quantitativo de oportunidades, adaptando os currículos à realidade nacional e às peculiaridades regionais, e pela inter-relação da educação, pesquisa e tecnologia com o desenvolvimento global do país”. Na avaliação de Arroyo (2005, p. 48-49) há uma distância intransponível entre a realidade desses alunos e o sistema escolar:

no espelho das trajetórias dos jovens e adultos que volta à EJA talvez fosse uma forma do sistema reconhecer a distância intransponível. Não foi a EJA que se distanciou da seriedade do sistema escolar, foi este que se distanciou das condições reais de vida dos setores populares. A educação de jovens e adultos avançará na sua configuração como campo público de direitos na medida em que o sistema escolar também avançar na sua configuração como campo público de direitos para os setores populares em suas formas concretas de vida e sobrevivência.

Para ratificar a necessidade de mais atenção a essa demanda, o Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, define

os objetivos da Educação Nacional para os próximos 10 (dez) anos, conforme prevê a Constituição Federal em seu art.214, alterado através da Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 que “estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos e das diferentes esferas federativas”.

O PNE (2014-2024) apresenta 20 (vinte) metas que foram traçadas após um amplo debate envolvendo atores sociais e o poder público. A Meta 10 trata da educação de jovens e adultos e tem como objetivo para os próximos dez anos “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. Também reconhece (como já havia reconhecido no parecer nº 11/2000) que o país possui uma dívida com um grande número de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa e que vai encontrar meios para que esse tipo de exclusão não continue a se repetir ao longo do tempo.

Como estratégia o PNE busca integrar a educação de jovens e adultos com a educação profissional, levando em consideração as características do público da educação de jovens e adultos e suas especificidades, tais como a comunidade indígena e quilombola, podendo oferecer essa modalidade de educação a distância. Segundo o PNE o objetivo é preparar esses jovens e adultos para o mundo do trabalho em tempo reduzido e em condições de competir com o grande público. Nesse sentido, busca “estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas”.

Evidentemente que essa trajetória de organização e definição de caminhos para a educação de jovens e adultos sempre esteve muito atrelada aos propósitos de cada governo, com mais ou menos avanços na sua estruturação. É preciso considerar que a educação é um processo permanente e progressivo de iniciativas que permitam a inserção cada vez mais efetiva de camadas sociais e demandas que há muito estavam esquecidas, como é o caso da EJA. Talvez o grande desafio seja encontrar meios para

que esses alunos não apenas ingressem nos programas, mas que possam permanecer até concluir o curso.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação Profissional no Brasil vem ao longo de sua história sofrendo modificações de acordo com a evolução, principalmente tecnológica. Para Ferreti (2010, p.1) “A educação profissional refere-se aos processos educativos que têm por finalidade desenvolver formação teórica, técnica e operacional que habilite o indivíduo ao exercício profissional de uma atividade produtiva”. De acordo com o mesmo autor, a denominação educação profissional (EP) é recente, pois durante o século XIX e boa parte do século XX era denominada de formação profissional e tinha mais um caráter social, conforme observa (2010, p. 1):

A história da educação brasileira indica que ela [a EP] teve por objeto o aprender a fazer e, por sujeitos, os indivíduos oriundos dos setores populares, diferentemente da educação de caráter não profissional, reservada às classes altas e, depois, às médias, cujo horizonte era mais amplo que o chão da fábrica.

Nessa mesma linha, Kuenzer (2000, p. 28), diz que:

Para as elites, são criados os cursos médios de 2º ciclo, científico e clássico, com três anos de duração, sempre destinados a preparar os estudantes para o ensino superior e, para os trabalhadores instrumentais uma formação profissional em nível médio de 2º ciclo: o agrotécnico, o comercial técnico, o industrial técnico e o normal, que não davam acesso ao ensino superior.

Apenas para retomar alguns aspectos importantes da história da educação profissional, cabe destacar que tivemos desde a segunda metade do século XVIII a Revolução Industrial, quando ela envolvia basicamente a qualificação dos trabalhadores para que eles pudessem fazer a manutenção, ajustes e reparos nas máquinas que eram utilizadas para o trabalho. Não havia a preocupação e nem o interesse por parte das indústrias em profissionalizar seus operários, pois isso poderia levá-los a reivindicar seus direitos de trabalhadores.

Já no século XX, o governo brasileiro de Nilo Peçanha criou através do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, em cada Unidade da Federação, escolas de Aprendizes Artífices. Conforme Art. 1º do referido decreto:

Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio,

uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito. Parágrafo único. Estas escolas serão instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Essas escolas eram custeadas pela União e tinham como objetivo formar operários e contramestres, utilizando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários. Como a educação profissional nas duas décadas seguintes não apresentam grandes avanços e nosso estudo se concentra mais na última década do século XX e início do século XXI, fazemos uma breve referência a Constituição Brasileira de 1937, por ter sido a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, em seu Art. 129:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

Como acontecimento importante em termos de formação profissional, em 1941, aconteceu a Reforma Capanema que proporcionou alterações profundas em todo o ensino no país, entre os pontos mais importantes, foi considerar o Ensino Médio como Profissionalizante, como consequência, o governo transformou através do Decreto nº 4.127 de 1942 as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, e transformou, no ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas em autarquias com a denominação de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.

Outras mudanças continuaram acontecendo e com a Lei nº 6.545 de 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, foram transformadas em CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica), passando a formar engenheiros e tecnólogos, conforme seu Art. 1º:

As Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte; do Paraná, com sede na Cidade de Curitiba; e Celso Suckow da Fonseca, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-Lei nº 796, de 27 de agosto de 1969, autorizadas a organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação, com base no Decreto-Lei nº 547, de 18 de abril de 1969, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Mas é na última década do século XX que a educação profissional no Brasil avançou de modo mais expressivo. O então governo Itamar Franco, Sancionou a Lei Federal nº 8.948/94 que institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica tendo como finalidade articular a Educação Tecnológica com a Política Nacional de Educação. Também transformou as demais Escolas Técnicas Federais, não referidas na Lei nº 6.545/78, em Centros Federais de Educação Tecnológica, conforme Art.3º:

As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.

A implantação desses Centros Federais de Educação Tecnológica, de acordo com o parágrafo 1º do art.3º, ocorreu de forma gradativa mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios e serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.

Nesse sentido, conforme Decreto Federal nº 2.406 de 27 de novembro de 1997 (BRASIL, 1997b), que regulamenta a Lei Federal nº 8.948/94, as escolas anteriormente referidas foram transformadas em Centros Federais de Educação e, conforme o Art.2º, com a finalidade de: Formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Em se tratando de atuação como instituições de ensino, a partir do ano de 2000 o Decreto nº 3.462 de 17 de maio de 2000 (BRASILc 2000), dá autonomia aos Centros Federais de Educação Tecnológica para a criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional, bem como para implantação de cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional. Conforme Portaria do MEC nº 064, de 12 de janeiro de 2001, as instituições que implantarem cursos deverão requerer ao Ministro de Estado da Educação através do Protocolo Geral do Ministério da Educação o reconhecimento dos mesmos a partir do início do terceiro semestre de funcionamento, quando se tratar de cursos com duração entre dois e três anos, e a partir do início do quinto semestre, para aqueles cuja duração for igual ou superior a três anos.

Trata-se de um passo importante tanto de autonomia institucional quanto de organização e acompanhamento dos cursos. Porém somente essas medidas de concessão de autonomia não seriam suficientes porque é preciso voltar-se também para o comportamento do mundo do trabalho.

Por isso mesmo, a partir de 1995, com o início do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), era preciso combater o desemprego e foi em ação conjunta com o Ministério do Trabalho e Emprego, que o governo criou o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) que entrou em vigor a partir de 1996, tendo como proposta articular as políticas públicas de trabalho, emprego e renda e a fonte de recursos era o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Entre as metas propostas, estava a de qualificar através da educação profissional a partir de 1999, pelo menos 20% da população economicamente ativa, o que significava aproximadamente 15 milhões de pessoas com idade superior a 16 anos.

Em 2002 ocorre a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva que assume em 2003. O novo governo recebeu uma herança deixada pelo referido programa, com alguns acertos e muitas incertezas quanto ao seu futuro, principalmente pela redução dos recursos destinados à continuidade do programa. Foi então que o governo Lula criou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), mantendo os objetivos bem sucedidos do PLANFOR e dando preferência de acesso às pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, como os trabalhadores com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social, como desempregados de longa duração, afrodescendentes, indígenas, mulheres, jovens, portadores de deficiência, pessoas com mais de quarenta anos. O ano de 2003 serviu como período de transição entre os programas, tendo em 2004 a implantação do PNQ⁴.

Outra ação ainda do governo FHC, foi com a educação do campo em 1998, quando criou o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), conforme Portaria Nº. 10/98. O programa servia de apoio para o desenvolvimento em diversos níveis e modalidades de educação básica, da alfabetização ao ensino médio inclusive a educação profissional. Com o governo Lula, em 2004 o programa passou a receber uma atenção especial, tendo quatro princípios considerados essenciais para melhorar o modo de vida da população assentada, como: Inclusão, Participação,

⁴ Esses dados constam no site do governo federal e estão disponíveis em: <http://portal.mte.gov.br/>. Acesso em 17 ago 2016.

Interação e Multiplicação. Buscando priorizar a educação em todos os níveis, o governo criou através da Portaria Nº 282 de 26/4/2004 (BRASIL, 2004c), o Manual de Operações do PRONERA, que estabelece as diretrizes de funcionamento do programa sendo que continua em vigor.⁵

Ainda a respeito da educação profissional no Brasil, é oportuno retornar ao que a legislação mais expressiva conferiu ainda em 1996, com a LDB sobre a Educação Profissional que recebe uma atenção especial, tratada em capítulo separado da Educação Básica, dando destaque à Educação Profissional e Tecnológica, conforme Art. 39: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. Em seu Art. 40 “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. As definições da LDB, no entanto, não foram suficientes para dar concretude às ações de formação profissional. Foi preciso regulamentar e detalhar como deveria se estabelecer e articular os cursos.

Dessa forma, o Decreto nº. 2.208, de abril de 1997 (BRASIL, 1997a), regulamenta a educação profissional passando a ser o instrumento de sustentação dessas reformas estabelecendo os objetivos, níveis e modalidades da educação profissional no país e os mecanismos de articulação desta com o ensino regular e teve como propósitos promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho; proporcionar a formação de profissionais; especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos conforme trata em seu Art. 4º:

A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

O Decreto 2.208/97 (BRASILa, 1997) estabelece uma ruptura entre a organização curricular do ensino médio e a formação profissional de nível técnico, quando até então era trabalhada de forma integral e passa para uma organização

⁵ Esses dados constam no site do governo federal e estão disponíveis em: <http://www.pronera.gov.br>. Acesso em 17 ago. 2016.

curricular própria. Conforme seu Art. 5º: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”. O referido decreto obrigava as instituições federais, bem como as instituições públicas que ministravam educação profissional, oferecer cursos profissionais de nível básico a alunos das redes públicas e privadas, além de trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.

Percebem-se as sucedidas tentativas dos governos em reestruturar a formação profissional e expandir as ações no sentido de diminuir as distâncias entre os que sempre tiveram acesso à formação profissional e os que, por falta de oportunidade ficavam alijados do direito à educação técnica ou estivessem dissociados da realidade do trabalho. Então, nesse mesmo ano (1997) o governo criou através da Portaria Interministerial MEC/MTb nº 1.018, de 11 de setembro de 1997 (BRASILc, 1997), o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP / MEC), mediante iniciativa do MEC em parceria com Ministério do Trabalho e Emprego, era considerado o documento “Política para a Educação Profissional” e tinha como objetivo implantar um modelo de educação profissional, integrando a educação e o trabalho. O programa era financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conforme relatório do FNDE (2007) os recursos do empréstimo foram firmados através do contrato nº 1.052/OC-BR. O programa foi desativado pelo governo Lula em 2003 e os recursos foram transferidos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento econômico (FNDE) para concluir obras que estavam em andamento.

2.1 A Educação Profissional no Governo Luiz Inácio Lula da Silva

Com o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o Brasil passa por uma nova concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Defensor de uma política democrática, o governo Lula prioriza a classe trabalhadora e para isso seu governo desenvolveu projetos de inclusão e formação profissional, principalmente para a população de baixa renda. De acordo com o relatório de Gestão- MEC/2011 o governo Lula criou durante seu mandato, os “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, autarquias federais que tem como missão institucional a formação profissional, ofertada em itinerário formativo, possibilitando ao ingressante cursar desde cursos de formação inicial e continuidade até a pós-graduação”. Tinha em sua proposta

de governo o compromisso assumido com a sociedade de restabelecer a integração curricular entre os ensinos médio e técnico, conforme previsto na LDB/1996. Para isso revogou através do Decreto nº 5.154 de 2004 (BRASILb, 2004), o Decreto nº 2.208/97 (BRASILa, 1997) que passou a regulamentar o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Conforme consta no Art. 1º do Decreto 5.154/2004:

A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas: I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Aqui cabe ressaltar que, de acordo com o parágrafo 2º do mesmo Decreto, os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no Art. 1º, serão oferecidos preferencialmente com os cursos de Educação de Jovens e Adultos, com objetivo de qualificar para o trabalho, bem como elevar o nível de escolaridade desses jovens e adultos. E mais, a Educação Profissional de nível médio dar-se-á de forma integrada com o ensino médio, sendo oferecida somente a quem já concluiu o ensino fundamental ou subsequente a que já tenha concluído o ensino médio. Com essa nova dimensão curricular de cursos, definiu-se uma nova concepção da formação do cidadão/trabalhador em busca de acesso aos conhecimentos técnicos e tecnológicos, através de novas modalidades e formas de cursos.

É, então, que o processo de expansão da educação profissional e tecnológica começa a ganhar força. No ano de 2005, com a publicação da lei Nº 11.195, deu-se início ao plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. O processo de expansão estava previsto em três fases: a primeira fase foi a transformação do CEFET Paraná na primeira Universidade Tecnológica Federal especializada nessa modalidade de ensino no Brasil, além de instituir em âmbito nacional o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

A segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ocorreu entre os anos de 2007 e 2010, promoveu uma reestruturação do ensino profissional no Brasil, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias (IFs). Com a expansão, foram criadas 150 novas unidades de ensino contemplando todas as regiões do país, com a transformação dos CEFETs e das Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas em Institutos Federais. Conforme Art. 2º da Lei 11.892/08, “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei”. O mesmo artigo parágrafo 3º atribui aos IFs “autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica”.

A terceira e última fase, ficou para ser executada durante o Governo de Dilma Rousseff e tinha como meta chegar até o final de 2016 com 500 escolas técnicas em funcionamento, oferecendo cursos de formação profissional e estrategicamente disseminadas pelo país através de cidades polos, servindo de referência para os demais sistemas de educação.

Nesse contexto de reestruturação da educação profissional, muitos foram os programas criados para impulsionar à educação profissional no Brasil, propondo a expansão significativa tanto de cursos quanto de matrículas, não apenas pelos IFs, mas em todas as instituições de ensino públicas federais.

Para melhor caracterizar essa política de expansão, fazemos referência aos programas mais significativos e que permitiram oportunizar a muitas demandas de interesse de qualificação, especialmente para as camadas da sociedade que estavam mais despreparadas para o exercício profissional, sem opções de trabalho e com baixa qualificação.

Com objetivo de ampliar a educação profissional na rede federal, o governo criou o Programa de **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional**, que se caracterizou como o momento de maior expansão da história do país com a implantação de 38 Institutos Federais, totalizando 644 *campi* distribuídos em todos os estados

brasileiros, buscando atingir milhões de jovens e adultos que ainda não possuem formação profissional. O programa oferece cursos de qualificação em ensino médio integrado e cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva ficou marcado pelo grande volume de programas sociais voltados às camadas mais pobres da população brasileira. O programa **Mulheres Mil**, criado através da Portaria nº 1.015 de 21.06.2011 (BRASILa, 2011). Foi implantado inicialmente como Projeto Piloto, com o objetivo de promover a inclusão social e econômica com mulheres a partir de 16 anos de idade, que possuem um histórico de vida bastante sofrido, que lutam pela sobrevivência e muitas vezes são vítimas de violências física, psicológica, sexual e moral. Essas mulheres, mesmo com pouca idade, já são chefes de famílias e se encontram em situação de extrema pobreza. O programa visa melhorar a vida dessas mulheres bem como de seus familiares. São cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas que privilegia temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania.

No ano de 2011, o governo fez uma Chamada Pública MEC/SETEC - 01/2011 (BRASILb, 2011), com objetivo de implantar 100 (cem) novos Núcleos de Desenvolvimento do Programa nos Institutos Federais. Além de capacitar 200 servidores dos Institutos Federais e efetivar até 10.000 (dez mil) matrículas de alunas no Programa Mulheres Mil, sendo 100 matrículas por núcleo.

Fizemos referência ao Programa Mulheres Mil em nossa investigação por apresentar características de demanda muito semelhante ao público, claro, feminino, de PROEJA, também com capacitação para inserção no mundo do trabalho e por oportunizar a emancipação dessas mulheres nos mesmos moldes do PROEJA.

No IFRS foram desenvolvidos alguns cursos de qualificação nesse Programa, com mais êxito nos *Campi* Ibirubá, Erechim e Restinga (Porto Alegre). Algumas iniciativas nessa modalidade permitiam a oferta de mais de uma opção de formação num universo de 100 mulheres, com grupos de 20 a 30 mulheres por curso de acordo com o interesse das alunas e das necessidades do mercado local. Uma avaliação prévia dessas iniciativas dá sinal de significativo avanço no sentido de oportunizar emancipação das mulheres junto à família e à sociedade.

Pensando naquele trabalhador que não dispõe de tempo integral para estudar, mas que busca aperfeiçoar os conhecimentos é que o governo lançou, em 2007, o programa **Rede E-Tec Brasil**. O sistema oferece educação profissional e tecnológica à distância e tem como objetivo ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos. Os cursos são ministrados por instituições públicas em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios. Tem o MEC como responsável pelo fomento financeiro, oferece bolsas de estudo e pesquisa através da Resolução nº 36, de 13.06.2009 (BRASILa, 2009).

O Programa Rede E-Tec tem relação com as especificidades de cidadãos, a exemplo dos alunos da EJA, que por dificuldades de conciliar horário e deslocamento até a escola, possam se capacitar à distância. Divide, na verdade, um público também com especificidades como da EJA e está diretamente relacionado com nossa investigação.

Ainda, em dezembro de 2007, através do Decreto nº 6.302 (BRASILd, 2007), o governo federal em parceria com os estados criou o Programa **Brasil Profissionalizado**, que tem como objetivo ampliar e qualificar a oferta de educação profissional e tecnológica de nível médio nas redes estaduais de ensino. O governo federal repassa aos estados os recursos por meio de Termos de Compromissos, desde que o programa tenha passado a fazer parte do Plano de Ações Articuladas (PAR). Os recursos são utilizados para construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da educação. Desde sua implantação, o Programa atendeu instituições de educação profissional de 24 estados, onde foram concluídas 342 obras, sendo 86 novas escolas, 256 ampliações e/ou reformas. Ainda foram entregues 635 laboratórios para aulas práticas⁶. No Rio Grande do Sul houve investimentos significativos em escolas técnicas estaduais. O IFRS auxiliou na elaboração de um plano de reforma e de qualificação de docentes.

Pensando em contemplar uma grande parcela de brasileiros que não possuem sequer a educação básica obrigatória completa e aqueles que ainda não são alfabetizados ou são analfabetos funcionais, estando ora desempregados, ora colocados no mundo do trabalho informal em condições precárias, foi que o governo instituiu através da Portaria Interministerial nº 1.082, de 20 de novembro de 2009 (BRASILb, 2009) e reorganizada

⁶ Esses dados constam no site do Governo Federal e está disponível em <http://portal.mec.gov.br/>, acesso em 29 jul. 2016.

por meio da Portaria Interministerial nº 05, de 25 de abril de 2014 a **Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC**.

Nesse sentido, a Portaria 05/2014, estabeleceu uma ação conjunta dos Ministérios da Educação e do Ministério do Trabalho e Emprego, para responder à necessidade de uma política pública efetiva de reconhecimento e certificação de saberes profissionais, aliada à elevação de escolaridade. A **Rede CERTIFIC** se constitui um programa que tem uma função social relevante que justifica certo entusiasmo na ascensão no mundo do trabalho e na educação através do reconhecimento e a certificação de saberes profissionais. Conforme previsto na LDB/96 Art. 41 “O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”. A certificação oferece oportunidade de recuperar os conhecimentos, habilidades e boas práticas geradas pelo trabalhador na sua vida cotidiana.

Além disso, com objetivo de ampliar o número de profissionais em menor tempo, o governo criou o **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego – PRONATEC**, instituído pela Lei nº 12.513/2011 que está organizado para expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de formação profissional, especialmente em cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC e Bolsa Formação com o desenvolvimento de cursos técnicos. De acordo com dados do Governo Federal, de 2011 a 2015, foram efetivadas mais de 9,6 milhões de matrículas entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios. O *Campus Sertão* se organizou e desenvolveu dezenas de cursos nesses últimos anos, se constituindo o segundo maior ofertante de cursos PRONATEC no IFRS. Alguns problemas de repasses de recursos pelo Governo Federal esfriaram a oferta de cursos no segundo semestre de 2015 e em 2016 ainda não há previsão de abertura de novas turmas. Percebe-se preliminarmente que há também alguns problemas de evasão nos cursos e o programa precisa ser repensado em sua estrutura de organização e em sua trajetória de repasses financeiros uma vez que não há garantias de investimentos certos para esse ano letivo.

E para contemplar uma parcela significativa da sociedade que vive em situação de exclusão e fora dos bancos escolares, o governo criou o **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Por se tratar do nosso objeto de estudo, daremos uma atenção especial a essa modalidade de ensino em capítulo separado.

De forma mais restrita e como síntese dessas iniciativas governamentais, os programas de educação profissional, implantados no século XXI, são programas que buscam de certa forma atender o maior número possível de pessoas que enfrentam dificuldades de várias naturezas. São programas recentes e que precisam ser ainda melhor avaliados para identificar os seus reais resultados.

Sob esse olhar avaliativo, Acácia Kuenzer em seu artigo definido como “A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão”, enfatiza que os programas de Educação Profissional nos últimos governos ainda são muito recentes para que se possa levar a efeito uma avaliação com dados primários e secundários exaustivos, e que permitam análises históricas.

De acordo com a autora, o sucesso desses programas pode ser alcançado se o Plano Nacional de Educação (2014/2024), em sua “Meta 11”, atender o objetivo que é “Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”. Para atingir esses objetivos, é necessário que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, juntamente com os Institutos, sejam grandes aliados para expandir suas matrículas de educação profissional técnica de nível médio.

No que tange à articulação das instituições de Educação Profissional, a educação profissional e tecnológica realiza-se, atualmente, por uma vasta rede diferenciada composta por inúmeras instituições, que abrangem escolas de ensino médio e técnico, universidades e demais instituições de ensino superior, Sistema S⁷, escolas e centros mantidos por sindicatos, escolas e fundações empresariais, cursos promovidos por organizações não governamentais, ensino profissional e regular livre, centros de formação em línguas, centros de formação de condutores e inúmeros outros espaços.

De acordo com a avaliação de Frigotto, o que tem caracterizado historicamente essa oferta diversificada é a falta de organicidade, cuja superação demanda a estruturação, no Sistema Nacional de Educação, de um subsistema Nacional de Educação Profissional que articule as múltiplas redes existentes e vincule as diferentes

⁷ É o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>

demandas do processo produtivo à política de criação de emprego e renda. Este (sub) sistema deve dar-se em torno de uma política pública, estratégica e de Estado com capacidade para articular não somente as diversas redes e esferas públicas, mas também as redes, sistemas e iniciativas privadas, como o sistema “S”, programas dos empregadores, trabalhadores e ONGs. (FRIGOTTO, 2003, p. 119).

Há que se desenvolver ainda, conforme os autores referidos, muitas análises de resultados efetivos sobre esses programas, inclusive PROEJA, suas articulações na rede, para que se tenha a retroalimentação das formas de concepção prática da educação profissional para efetivamente proporcionar emprego e renda aos brasileiros.

3 PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA.

O centro de nosso estudo é o PROEJA e, como já referido, é um programa criado para atender jovens e adultos. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), setores influentes da sociedade clamavam por um planejamento educacional, que atendesse a formação profissional aliada à educação básica, buscando uma formação integral aos jovens e adultos trabalhadores.

O PROEJA, foi instituído no ano de 2005, através do Decreto nº 5.478 (BRASILb 2005) e substituído pelo Decreto nº 5.840 de 2006 (BRASILa 2006), que apresentou algumas mudanças, passando atender toda Educação Básica, pois até então o Programa era previsto apenas para o Ensino Médio, ampliou as instituições habilitadas para atendimento nessa modalidade de ensino, para além das instituições da Rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, e expandiu sua ação às instituições públicas estaduais e municipais, além de entidades privadas nacionais de serviço social e formação profissional vinculada ao Sistema S. O programa tem como alvo prioritário o atendimento a demandas constituídas por segmentos sociais e profissionais ainda não privilegiados em termos de formação e de encaminhamento profissional. Muitos jovens e adultos precisam se manter no emprego e os desempregados precisam se capacitar para conseguir uma colocação profissional.

De acordo com o Decreto nº 5.840/2006, (BRASILa 2006) em seu Art.1º parágrafo 4º “Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais”. Os cursos serão oferecidos em todo o país pela rede federal de educação profissional ou instituições que firmarem acordos de parceria com o MEC. Ainda conforme Art.1º em seu parágrafo 5º “A rede de instituições federais de educação profissional compreende a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, sem prejuízo de outras instituições que venham a ser criadas”. A partir de 2006, as referidas instituições eram obrigadas a ofertar o mínimo de 10% (dez por cento) do total de vagas de ingresso para as matrículas no PROEJA, tomando como referência o número de matrículas existentes no ensino técnico regular correspondente ao ano anterior.

O Governo Federal determinou também que todos os cursos e programas do PROEJA, deveriam ser ofertados a partir da construção prévia de um projeto pedagógico integrado, único e que as instituições fossem responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas (BRASILa 2006).

Em 2007 o MEC apresentou o Documento Base (BRASILb 2007), tendo como principais objetivos a inclusão social e a inserção desses jovens e adultos no mercado de trabalho.

O PROEJA é, pois, uma proposta constituída na confluência de ações complexas. Desafios políticos e pedagógicos estão postos e o sucesso dos arranjos possíveis só materializar-se-á e alcançará legitimidade a partir da franca participação social e envolvimento das diferentes esferas e níveis de governo em um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social; em um projeto de nação que vise uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

O PROEJA caracteriza-se como uma política de Estado que vislumbra uma escola vinculada ao mundo do trabalho por meio da educação profissional com a educação básica e contém a necessidade de valorizar os saberes e os conhecimentos de vida, consideradas a faixa etária e as experiências de seus alunos (BRASILb, 2007).

Por se tratar de um Programa que se caracteriza por oportunizar formação profissional, é oportuna a contribuição de Machado (2006, p.37-38),

O contexto de surgimento do PROEJA é o da base da universalização da educação básica, da ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectiva de continuidade dos estudos em nível superior, para os indivíduos que tiveram em algum momento de sua vida, seja ele breve ou longo, a escolaridade interrompida, o que por si só, limita as chances na vida social do sujeito e a sua inserção no mundo do trabalho.

Nesse sentido é importante frisar que se trata de ações complexas com muitos desafios pedagógicos e políticos, não apenas de profissionalizar o cidadão, mas sim prepará-lo para a vida. Para Paiva (2003, p.411),

Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida na qual também se insere o trabalho, com uma flexibilidade e um alcance suficientes para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto emprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas “idades” de tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer face as suas inúmeras consequências na vida social e pessoal.

O PROEJA, como já se fez referência, tem como objetivo atender jovens e adultos e prepará-los para ingressar no meio social e inseri-los no mundo do trabalho. Porém essa oportunidade de formação não garante a esses sujeitos uma efetiva oportunidade no trabalho. Conforme Documento Base do MEC, (BRASILb 2007, p. 36),

Os sujeitos alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo.

Foi pensando em atender um determinado número de alunos com formação tão somente de ensino fundamental, e com pouco tempo disponível para os estudos, além de sujeitos que viviam em regime penitencial, que o MEC criou em 2009 o PROEJA FIC implantado nos Institutos Federais (IFs) de todo país. Através do ofício convite nº 40 GAB/SETEC/MEC, ordenou aos IFs para elaborar seus projetos e enviar para serem analisados e aprovados pelo MEC, propôs para a implantação desse programa, a parceria obrigatória entre o IFs e as Secretarias de Educação, do município ou do estado. O programa oferecia cursos técnicos profissionalizantes para alunos vindos de escolas públicas, tanto municipais quanto estaduais.

O PROEJA possui organização didática e pedagógica fundamentalmente alicerçada no currículo integrado. Essa estruturação garante aos educadores e educandos a associação de conhecimentos, saberes, competências integradas e articuladas em suas disciplinas e conteúdos. A forma integrada é a metodologia de organização muito apropriada aos cursos de PROEJA. Segundo Ciavatta (2004, p.1), para integrar “as concepções de educação não precisam conviver com a unanimidade, mas ao menos constituir um conceito de que integrar significa tornar íntegro, inteiro e que neste caso, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho”.

Por isso mesmo que o PROEJA se apresenta de forma mais concisa com esse princípio de integrar, dadas as suas características de organização pedagógica e de sua demanda discente. No Documento Base do PROEJA (BRASILb, 2007) consta que, “A organização curricular é uma construção contínua, processual e coletiva que envolve todos os sujeitos que participam do Programa. Considera-se que a EJA abre

possibilidades de superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos”. (BRASILb, 2007, p. 48). Quando falamos em integrar, precisamos ter em mente que não é apenas a união de disciplinas da Educação Profissional com a Educação Básica, mas é algo que requer a participação dos sujeitos envolvidos na aprendizagem para que se construa um currículo integrado que envolva teoria e prática.

3.1 O Currículo integrado

No *Campus Sertão*, os cursos técnicos tiveram historicamente a alternância entre forma integrada e concomitante na sua organização curricular. Em 2006 quando foi implantado o PROEJA, que se caracteriza como uma modalidade de curso integrado, houve um despertar para reorganização dos cursos técnicos regulares novamente na forma integrada. Exatamente porque no currículo integrado, o processo de ensino aprendizagem se dá através da integração dos conhecimentos de formação geral e específicos. Segundo Ramos (2005, p. 122) “A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura”.

Para melhor entender esse conceito, Acácia Kuenzer (2002, p. 43-44), esclarece que o objetivo do ensino integrado é “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura”.

De acordo com o Documento Base do PROEJA, (BRASILb, 2007, p. 41), o currículo integrado, pretende “uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber fazer”. Essa proposta de currículo integrado apresentada para o programa de jovens e adultos na modalidade de PROEJA é defendida por Ciavatta (2005, p. 84), quando propõe que na forma integrada “educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao

trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”.

Em se tratando de constituição de currículo, para Hannecker no seu livro (2014, p.88) o Currículo Integrado que pressupõe a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional exige “superar estruturas e formas fragmentadas de conhecimento”. O autor fala que essa modalidade de ensino intenta a necessária “flexibilização de estruturas curriculares, o entrelaçamento de saberes de áreas diversas”, sem se afastar das características socioeconômicas da região, pois é nessa dimensão que atuam os IFs.

O mesmo autor entende que, para se pensar no Currículo Integrado é preciso romper com algumas barreiras e resistências presentes nas Instituições que impedem a integração. Nesse sentido, o Currículo Integrado precisa transitar por diferentes percursos, incluindo a continuidade de estudos, a participação no mundo do trabalho e o exercício de profissões técnicas, vinculando as aprendizagens à realidade. Exige revisão de objetivos e métodos pedagógicos, revisão de paradigmas e conceitos, o estabelecimento de um constante diálogo entre a teoria e a prática e, portanto, com o mundo do trabalho.

Nessa concepção de currículo, Santomé (1998, p.27) diz que “o currículo integrado converte-se assim em uma categoria *guarda chuva* (grifo nosso) capaz de agrupar uma ampla variedade de práticas educacionais desenvolvidas nas salas de aula, e é um exemplo significativo do interesse em analisar a forma mais apropriada de contribuir para melhorar os processos de ensino e aprendizagem”.

Para melhor compreender o que caracteriza o currículo integrado, Hannecker (2014, p.91-92) definiu alguns aspectos importantes:

- Basicamente é a integração entre Ensino Médio e Ensino Profissional
- Permite a flexibilização das estruturas curriculares;
- Oferece o entrelaçamento de saberes de áreas diversas;
- Promove a proximidade com as características socioeconômicas da região;
- Torna a prática como referente da teoria;
- Admite diferentes percursos de aprendizagem;
- Estimula à produção coletiva;
- Caracteriza-se pela inter e transdisciplinaridade.

A partir dessas características de integrar os conteúdos de uma disciplina com outras áreas do conhecimento, não podemos pensar no currículo integrado sem incluir a inter e a transdisciplinaridade

Para aprofundar um pouco mais essa reflexão, Fazenda (2003) afirma que a interdisciplinaridade se apresenta com características claras de intensidade de trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa. Os alunos passam a vivenciar um acúmulo exagerado de informações nos currículos organizados por disciplina e na forma interdisciplinar ocorre um diálogo permanente entre formas diferentes de conhecimento com responsabilidade individual e coletivo pelo processo. O que caracteriza um trabalho interdisciplinar é a busca, a pesquisa e a ousadia em romper os limites das fronteiras estabelecidas entre as várias áreas de conhecimento. Entretanto, respeitada cada área na construção interdisciplinar estes campos de conhecimentos não se anulam, nem somem, contudo estabelece um diálogo permanente, respeitada a especificidade do estatuto epistemológico de cada área do saber.

Garcia (2012, p.223), faz referência aos possíveis direcionamentos da interdisciplinaridade:

se originalmente o ensino interdisciplinar estava centrado na integração de um conjunto de conteúdos, encontrados em algumas matérias do currículo, atualmente é possível vislumbrar outras formas de tornar as experiências de aprendizagem mais articuladas, contextualizadas e socialmente mais relevantes, através de uma releitura do conceito de integração. No futuro, portanto, poderemos observar novos desdobramentos nas teorias e práticas de interdisciplinaridade, baseados em concepções ainda mais avançadas de integração curricular.

A interdisciplinaridade parece, porém atingir mais que as disciplinas e as práticas pedagógicas, perpassa também a resignificação do processo ensino aprendizagem. Insistimos nessa reflexão porque é a marca mais expressiva da realidade de trabalho em EJA e PROEJA.

Os Temas Transversais de certa forma permitem e favorecem o planejamento de atividades de forma transdisciplinar, porque por força das circunstâncias dessa forma de desenvolvimento didático de conteúdos obrigatoriamente envolve professores, alunos, equipe pedagógica e, às vezes, até mesmo a comunidade onde está inserida a instituição.

Ressalta-se que Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL 1998, p.25), fazem referência aos temas transversais (Ética, Meio ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação sexual e Trabalho e Consumo). Esses são temas que

podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais, novos temas sempre podem ser incluídos. São temas voltados para o conhecimento da vida cotidiana e que necessitam de uma compreensão bastante significativa além de serem trabalhados como objetos de estudo dentro do contexto de envolvimento da comunidade escolar.

De acordo com Soares (2002), a atitude transdisciplinar no campo da educação deve ocupar-se com a construção de uma reflexão sobre a natureza do saber humano, sobre o processo de complexidade dos diferentes conteúdos do conhecimento das disciplinas, tendo como eixo central a tomada de consciência da humanidade do ser humano.

A transdisciplinaridade normalmente mantém uma estreita relação com o mundo do trabalho porque associa a teoria com a prática, envolve empresas, empreendedores e os conhecimentos escolares. Mas há dificuldades de se definir o papel da escola nessa sintonia com a prática profissional. É por isso que os alunos precisam ser convocados a estarem sintonizados com as práticas pedagógicas e experiências de sua vida para que, com ação dos docentes, a sala de aula se transforme num amplo debate e socialização de conhecimentos capazes de oferecer o conhecimento técnico e a formação humana, que caracteriza efetivamente o currículo integrado.

É preciso ter clareza, no entanto, que a teoria da interdisciplinaridade não nega o valor da disciplinaridade, mas de certa forma complementa os conhecimentos disciplinares. A transdisciplinaridade provoca o surgimento de novos saberes, não apenas pela confrontação, provocando novas visões da natureza da realidade. (FREITAS, Lima de, MORIN, Edgar e NICOLESCU, Basarad 1994 –Carta da Transdisciplinaridade⁸, 1994).

Muito embora a transdisciplinaridade não seja um princípio obrigatório nas atividades escolares, se constitui numa prática que provoca resistências e restrições entre docentes, muitas vezes, de forma mais acentuada do que com discentes, porque os discentes até percebem que a integração de conteúdos e a realização de práticas conjuntas é de agradável aceitação. Há muitos docentes que se apegam ao sistema

⁸A Carta da Transdisciplinaridade foi elaborada e adotada por todos os participantes do Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, realizado no Convento de Arrábida, Portugal, de 2 a 6 de novembro de 1994, tendo como Comitê de elaboração Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarad Nicolescu. O seu Artigo Final definiu a obrigatoriedade de adesão aos ditames da Carta por todos os membros participantes do evento referido. <file:///D:/Downloads/ANEXO A Carta Transdisciplinaridade.pdf>.

tradicional e já consagrado de suas práticas diárias de fidelidade disciplinar, ou seja, isolam-se em seu modo de planejar e desenvolver os conteúdos e o currículo e não se permitem a interferência de colegas em sua ação.

Para Edgar Morin (2002), a educação transdisciplinar oferece ao indivíduo uma formação que ultrapassa as barreiras das disciplinas e proporciona um movimento para além do disciplinar, podendo ser, inclusive um caminho para se buscar a formação geral e plena do homem. A principal característica da abordagem transdisciplinar é a aproximação das diversas disciplinas e áreas do conhecimento, com metodologias construídas através da articulação de todos os especialistas, em função de seus conhecimentos e saberes.

Mas não basta no currículo integrado apenas dinamizar as práticas pedagógicas, a valorização dos saberes da classe, é preciso também constituir o projeto pedagógico do curso que contemple formalmente a articulação de disciplinas e áreas do conhecimento. Bernstein (apud Frigotto e Ramos 2005, p. 114) faz referência à essa integração. Segundo o autor

A integração coloca as disciplinas e cursos isolados numa perspectiva relacional de tal modo que o abrandamento dos enquadramentos e das classificações do conhecimento escolar promove maior iniciativa de professores e alunos, mais integração dos saberes escolares com os saberes cotidianos, combatendo, assim, a visão hierárquica e dogmática do conhecimento.”

Para Hannecker (2014, p.80), faz-se necessário um envolvimento integral de todos os agentes do processo de formação integrada (gestores, professores, alunos e familiares), com atuação participativa, democrática, inovadora, além de aporte necessário de investimentos que permitam que as ações programadas recebam o respaldo que garanta educação pública, gratuita e de qualidade para todos. São investimentos intelectuais, morais, financeiros permanentes e de gestão de qualidade que efetivam a integração entre educação geral e profissional que permitirão a verdadeira formação integrada. Pensar uma educação integral é pensar na formação humana de crianças e de jovens, em conexão com a sociedade mais ampla, mas com laços sociais que sustentem o direito à educação e à proteção social desses sujeitos.

Portanto, no ensino integrado, não se trata nesse caso, de uma mera sobreposição de disciplinas, nem acréscimo de ano letivo de ensino profissionalizante ao Ensino Médio. A integração se constitui quando se considera os eixos do trabalho, da ciência e da cultura, como um processo contínuo de rediscussão e reformulação das relações entre os envolvidos.

3.2 O *Campus* Sertão e o PROEJA

O *Campus* Sertão está situado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, a 25 quilômetros de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e é um dos dezessete *campi* que constituem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS.

Criado pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo, o *Campus* iniciou seu efetivo funcionamento no ano de 1963. Através do Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Ginásio Agrícola de Passo Fundo, com localização em Passo Fundo (RS), subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, ligada ao Ministério da Agricultura. Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967 a instituição foi transferida, juntamente com outros órgãos de Ensino, para o Ministério da Educação e Cultura.

O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968 (BRASILa, 1968), autorizou o Ginásio Agrícola de Passo Fundo a funcionar como Colégio Agrícola. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto nº 62.519, de 09 de abril de 1968 (BRASILb, 1968). A partir de então ficou sob a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola - COAGRI - durante o período de 1973 até 1986.

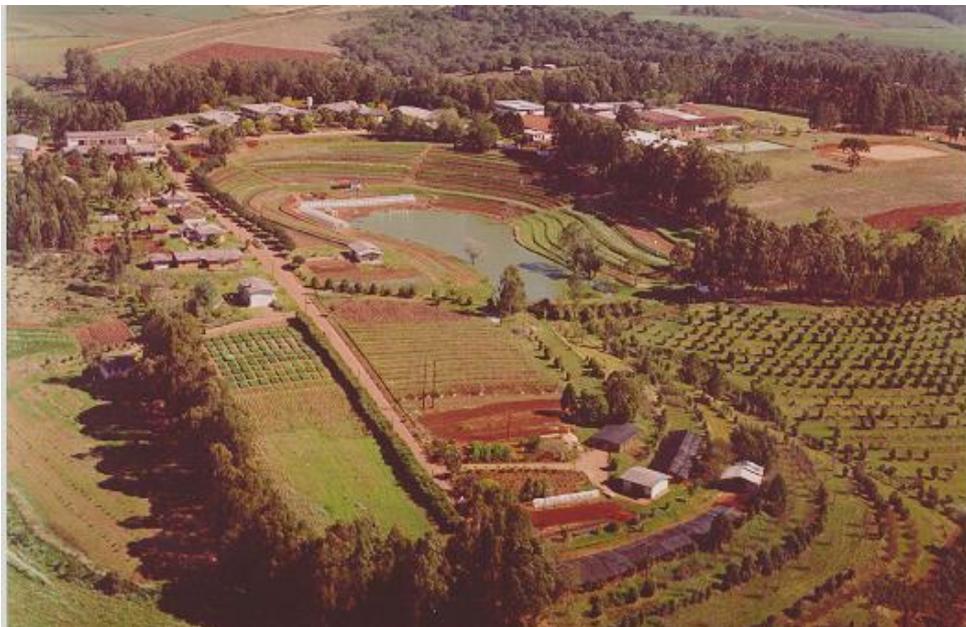
Através Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979 passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Sertão, subordinada à Secretaria de Educação de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura. Obteve declaração da regularidade de estudos pela Portaria nº 081, de 06 de setembro de 1980, da Secretaria do Ensino de 1º e 2º Graus, do Ministério da Educação e Cultura. A Lei Federal nº 8.731, de 16 de novembro de 1993 transformou a Escola Agrotécnica Federal de Sertão em autarquia Federal, com autonomia administrativa e pedagógica.

A Lei nº 11.892, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no dia 29 de dezembro de 2008, transformou a antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão em *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Inicialmente essa instituição de ensino oferecia o curso Ginásial Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Mestre Agrícola, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Integrado ao Plano de Expansão da educação profissional, desempenha função relevante na cooperação para o desenvolvimento socioeconômico regional, especialmente em regiões que predominam as pequenas e médias propriedades rurais. São 59 anos de história na formação de técnicos em agropecuária com mais de 4.000 alunos formados que se inserem ao mercado de trabalho, não apenas como profissionais, mas também como líderes e cidadãos com destacada participação em todos os campos da ação humana.

Figura 1 - Vista Aérea do *Campus Sertão*



Fonte: Site do IFRS Campus Sertão www.sertao.ifrs.edu.br/

Estabelecido em uma área de 237 hectares, além de modernos laboratórios, o Campus mantém setores de produção nas áreas de: Agricultura (Culturas Anuais, Fruticultura, Silvicultura e Olericultura); na área de Zootecnia (Bovinocultura de corte e leite, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura, Piscicultura e Avicultura); Agroindústria; e Unidade de Beneficiamento de Sementes, se constitui um laboratório para a prática profissional, atividades pedagógicas e produção de matéria prima para o processo agroindustrial.

O *Campus* desenvolve suas atividades em período integral, com aulas teóricas e práticas nos períodos da manhã, tarde e noite, incluindo, ainda, outras atividades para atendimento da clientela externa, como cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) que visam à atualização, capacitação e treinamento em áreas diversas e cursos de qualificação.

São oferecidos hoje os cursos: Técnico em Agropecuária, nas formas de integrado e de subsequente ao Ensino Médio; o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática subsequente ao Ensino Médio; o curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma de concomitância externa e também integrado ao Ensino Médio; curso Técnico em Agropecuária, modalidade de pedagogia da alternância (Educação do Campo); modalidade PROEJA com formação técnica em

Comércio e os cursos superiores de Tecnologia em Agronegócio, em Gestão Ambiental, em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Alimentos e, Engenharia Agrônômica, Zootecnia, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Licenciatura em Ciências Biológicas, além do curso de Formação Pedagógica para Graduados e do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Teorias e Metodologias da Educação.

É objetivo dos Institutos Federais e conseqüentemente do *Campus Sertão*, tratar com destaque a formação humana, cidadã, que deve preceder a qualificação para o trabalho, num compromisso de assegurar aos profissionais formados a possibilidade além da inserção no mundo do trabalho, também a verticalização da educação, ou seja, um mesmo aluno pode realizar um curso técnico no IF e ascender para outros níveis de formação, graduação e Pós-Graduação na mesma instituição. A Lei nº 11.892/2008 em seu Art. 6º destaca as finalidades e características e no Art. 7º os objetivos:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

Os IFs têm um compromisso com ensino, pesquisa e extensão, devem fomentar a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana além do desenvolvimento da capacidade de investigação científica, condição fundamental à construção da autonomia intelectual. O mesmo Artigo prevê dessa forma:

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos.

A integração necessária com o desenvolvimento dos arranjos produtivos sociais, culturais locais e regionais através de um efetivo diálogo com outras políticas setoriais são metas dos IFs. Para Pacheco (2010, p.12):

Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social.

Nesse sentido, o ensino integrado é apontado como uma alternativa para articular conteúdos, conhecimentos, aprendizagens e ao mesmo tempo oportunizar a valorização de saberes, especialmente das experiências de vida de discentes da EJA.

A história do PROEJA no *Campus* Sertão teve início em 2006, sendo o primeiro *Campus* da região Sul do Brasil a implantar o programa. Após uma consulta à comunidade, identificou-se uma demanda significativa de candidatos, entre os próprios servidores da instituição de ensino e da vila de Eng. Luiz Englert onde está localizado o *Campus* e que serviu de base para a implantação dos cursos de Educação Profissional de Nível Médio Técnico em Agroindústria e Técnico em Informática, Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Como referido, a demanda inicial era de servidores da instituição. Havia um número significativo de servidores técnicos administrativos que, por acomodação ou dificuldade de logística, haviam abandonado seus estudos. Além da necessidade de buscar qualificação e formação profissional, a formação proporcionava também incremento na remuneração, se observado o que está expresso no plano de carreira. Outras pessoas estavam desempregadas no entorno do *Campus* e buscaram na formação do PROEJA uma profissão para sustentar suas famílias. Eram alunos com faixa etária entre 18 anos e 42 anos. (ANEXO I e II). Alguns desses alunos continuam desenvolvendo suas atividades no *Campus*, tendo seguido seus estudos de graduação e até mesmo de pós-graduação. No ano de 2009 foi implantado o Curso de Educação

Profissional de Nível Médio Técnico em Comércio, Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O grande desafio quando da implantação em 2006, foi contar com docentes e técnicos do quadro de servidores, com experiência de atuação nessa modalidade de curso, tanto para prática docente quanto para a organização didática e pedagógica. Nesse sentido houve a necessidade de capacitação de servidores para atuarem no PROEJA. Uma das iniciativas, ainda em 2006, antes mesmo de iniciarem as primeiras turmas nessa modalidade de ensino, foi preparar servidores para que pudessem se familiarizar com as metodologias de ensino, para construir o Projeto Pedagógico de Curso, com a participação de todos os agentes no processo ensino aprendizagem.

Para melhor ilustrar essa atitude institucional de capacitação de servidores, a professora Maria Arlete Pereira⁹ coordenou um trabalho de formação, discussão, elaboração de planos de ensino para quem atuaria no PROEJA no *Campus* em março de 2006. (ANEXO III).

Ainda na sua implantação, muitas reuniões e discussões foram realizadas, proporcionando avanços significativos no sentido de elaborar um projeto pedagógico para o curso, as ementas dos módulos, o sistema de avaliação, a preparação e encaminhamento para estágios e a constituição de um tema gerador comum para todos os módulos do curso o que de certa forma, caracteriza efetivamente a convergência de ações integradas no curso. Nesse sentido, a organização curricular dos cursos técnicos em Informática e Agroindústria na modalidade PROEJA, foram definidas de forma semelhante, levando em consideração suas especificidades.

Os princípios norteadores do projeto pedagógico foram definidos sob a luz do Documento Base do MEC (BRASILb, 2006), que estabelecia como princípios a inclusão da população no sistema educacional, a educação como direito e para toda vida, a universalização do ensino médio, a garantia de que jovens e adultos trabalhadores possam construir sua própria identidade, num conjunto de relações sociais. Nesse sentido, organização curricular foi criada a partir do ideário Freiriano de “homem concreto”, situado no tempo e no espaço das relações sociais. O processo

⁹ A professora Maria Arlete Pereirapossui graduação em Licenciatura em Pedagogia Séries Iniciais pela Universidade de Passo Fundo (1983). Possui Especialização em Orientação Educacional (1991) e Psicopedagogia (1997) pela Universidade de Passo Fundo e Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é professora e coordenadora da EJA e Área Profissionalizante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passo Fundo. <http://lattes.cnpq.br/>.

pedagógico teve como referência o diálogo, como possibilidade de democratização do saber. E as práticas pedagógicas centradas nas relações dialógicas num processo em que o caminho do aprender é o caminhar juntas, o que significa estar em constante e sistemática interação com a realidade, num processo permanente de criação e recriação.

Em relação a suporte financeiro, o MEC repassava recursos de orçamento, tanto para organização de laboratórios quanto para o incremento orçamentário de apoio, definido por matrícula efetivada. Havia uma contribuição mensal para cada aluno matriculado e frequente, como incentivo à permanência nos seus estudos. Hoje os alunos não recebem mais esse incentivo, pois concorrem com os recursos da Assistência Estudantil disponibilizados nos programa de governo.

Na definição da matriz curricular, o Curso Técnico em Agroindústria assim como de Técnico em Informática, foram divididos em seis módulos, além do estágio curricular de 360 horas. (ANEXO IV e V). A primeira turma do Curso Técnico em Agroindústria teve início no segundo semestre de 2006 conforme Edital de Inscrições 11/2006 (ANEXO VI). Foram oferecidas 20(vinte) vagas, e os candidatos concorriam entre si, tendo como processo de avaliação de ingresso uma produção textual (ANEXO VII) e entrevista individual com cada candidato (ANEXO VIII). Essa entrevista era realizada pela coordenação do curso e docentes da área de formação profissional, especialmente para conhecer os candidatos, identificar os turnos disponíveis para estudos, vivências e objetivos de retorno aos estudos. Os alunos classificados então realizavam uma matrícula como ingresso formal no curso na Instituição de Ensino (ANEXO IX).

No PROEJA a formação no curso Técnico em Agroindústria oferecido permite atuar como técnico responsável pela produção agroindustrial, planejar, executar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais.

A primeira turma foi formada por 20 alunos, sendo que desses, 12 se formaram Técnico em Agroindústria e 8 não concluíram o curso, ou seja, houve uma evasão de 40%. A falta de demanda, fez com que o curso formasse apenas uma turma e deixasse de ser oferecido.

O sistema de ingresso no Curso Técnico em Informática seguia as mesmas normas do Curso Técnico em Agroindústria. A primeira turma inicialmente era composta por 20 alunos matriculados sendo que desses, 11 se formaram (ANEXO X) e nove não concluíram o curso. Por falta de demanda, o curso formou apenas uma turma

e deixou de ser oferecido nessa modalidade de ensino. Em 2010 passou a oferecer o curso na modalidade de Concomitância Externa e a partir de 2016 o *Campus* implantou o curso Técnico em Informática na forma integrada ao Ensino Médio. Nesse sentido, os egressos do curso Técnico em Informática tanto integrado quanto na modalidade PROEJA passaram a constituir a demanda para ingresso no curso superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que está em funcionamento no *Campus*.

Com a falta de demanda nos curso Técnico em Agroindústria e Técnico em Informática, após uma consulta às comunidades próximas ao *Campus*, constatou-se uma demanda importante de trabalhadores que ainda não possuíam formação de Ensino Médio e estavam afastadas dos estudos há algum tempo. E foi com o intuito de oportunizar a esses alunos, tanto o retorno as aulas quanto a possibilidade de ter uma formação profissional que o *Campus* passou a oferecer o Curso Técnico em Comércio na modalidade de PROEJA. O curso teve seu início no ano de 2009 e continua sendo oferecido pelo IF. Diferentemente dos cursos oferecidos anteriormente, esse novo curso teve uma nova formatação curricular e organização didática.

Para não frustrar as expectativas dos alunos matriculados, é importante lembrar que a organização curricular do curso não está centrada na formação de um operário qualificado e moldado conforme as necessidades do mercado, alienado e subordinado, mas à formação integral de um sujeito histórico e social. Busca-se, sobretudo, fomentar a capacitação de cidadãos conscientes e críticos, através do desenvolvimento do espírito cooperativo, empreendedor e também solidário.

Previsto no Projeto Pedagógico, o curso tem como objetivo, formar profissionais Técnicos em Comércio de nível médio, aptos a organizar e planejar a venda de produtos e ou serviços em estabelecimentos comerciais, garantindo a satisfação dos clientes.

A matriz curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado Ao Ensino Médio na modalidade PROEJA foi organizada em cinco módulos e cada módulo tem a duração de um semestre letivo. Os componentes curriculares estão distribuídos nos módulos seguindo uma trilha epistemológica que respeita o princípio de formação que orienta o curso (ANEXO XI).

Hoje, dez anos após a primeira experiência com essa modalidade de ensino, o *Campus* Sertão continua ofertando Curso Técnico de formação profissional em Comércio. Ciente das dificuldades que os profissionais encontram para atender essas especificidades, o *Campus* tem realizado palestras e capacitações que permitiram

enriquecer os debates sobre essa modalidade de Ensino. A professora Maria Ciavatta, contribuiu com sua experiência e conhecimento na palestra realizada no Campus Sertão no dia 08/05/15, quando abordou acerca dos "Desafios e perspectivas da educação profissional integrada no Brasil", enfatizando a importância da integração do ensino médio à educação profissional técnica. Não menos importante também foi a contribuição do professor Gaudêncio Frigotto quando esteve coordenando uma tarde de formação no *Campus Sertão* no dia 16/10/15, abordando estudos sobre Docência na Educação Profissional. (ANEXOS XII e XIII)

A Coordenação do PROEJA está discutindo juntamente com uma comissão designada para esse fim, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso. Para isso fomos convidados a contribuir com o estudo realizado nesse projeto (ANEXO XI), na busca por um modelo que possa atender da melhor forma possível as necessidades dessa demanda de alunos e rever o sistema de constituição pedagógica de curso e, inclusive a modalidade de avaliação.

3.3 Avaliação dos alunos do PROEJA no *Campus Sertão*

A avaliação da aprendizagem escolar no PROEJA se constitui uma prática ainda mais complexa, pois, como em outras modalidades de curso mais simples, como podemos avaliar o aprender do aluno? Essa é uma pergunta que todo o docente se faz. Nessa linha, Jussara Hoffmann (2004) contribui ao dizer que a mediação que se faz entre o educando e sua cultura é uma transmissão que desenvolve uma visão crítica, sem, no entanto, mediá-la. Portanto, o ato de avaliar exige do professor um conhecimento das complexas relações que perpassam o cotidiano escolar. É preciso conhecer a razão da situação em que o aluno possa estar envolvido, pois esse pode ser um obstáculo para seu aprendizado.

Para Moretto (2001, p.45), é necessário levar em consideração as características do grupo, pois entende ele que:

o conhecimento do contexto social dos alunos é de fundamental importância para o processo de ensino. Não é preciso que o professor conheça um por um dos seus alunos, mas que saiba das características do grupo como um todo. A partir delas, o professor trabalhará valores, conceitos, linguagens e atitudes. Podemos dizer o mesmo do conhecimento psicológico e cognitivo dos alunos, pois é a partir dessas informações que o professor poderá adequar seu planejamento e suas estratégias de ensino.

O Documento Base do MEC (BRASILb 2007, p.53), trata a avaliação como sendo um processo que

abrange todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo principal o acompanhamento do processo formativo dos educandos, verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida ou se processando, na tentativa da sua melhoria, ao longo do próprio percurso. A avaliação não privilegia a mera polarização entre o “aprovado” e o “reprovado”, mas sim a real possibilidade de mover os alunos na busca de novas aprendizagens. Muito embora exista a preocupação com a escolaridade, o processo de ensino-aprendizagem traz no seu bojo a concepção que não separa a avaliação da aprendizagem. São partes constitutivas de um mesmo processo. A avaliação nesse sentido ocorre como parte do processo de produção do conhecimento.

No *Campus Sertão* o sistema de avaliação na modalidade de PROEJA não tem seguido critérios uniformes para os cursos oferecidos. Nos cursos PROEJA Técnico em Agroindústria e Técnico em Informática, havia uma fidelidade aos princípios definidos pela modalidade EJA, ou seja, os alunos eram avaliados pelo sistema de avanços. A avaliação do desempenho do aluno, dava-se através da prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, tendo como objetivo acompanhar o seu aproveitamento e fornecer subsídios para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, cuja estrutura baseia-se em habilidades e competências¹⁰. Os conceitos obtidos pelos alunos nas avaliações em cada módulo desenvolvido no PROEJA eram identificados por letras: o aluno que obtivesse a letra A (avanço), prosseguia para o módulo seguinte, aquele que obtivesse AR (Avanço com Restrição), prosseguiria para o módulo seguinte com algumas observações em relação à frequência, participação ou rendimento e P (Permanência), para aquele aluno que por algum motivo não atingisse o conceito mínimo e deveria repetir o módulo. Nesse caso, há um registro em ficha individual, justificado e assinado por todos os professores, após eram encaminhados à secretaria escolar, para efeito de registro e arquivo documental.

No entanto, a partir do PPC do Curso Técnico em Comércio houve uma descaracterização dessa forma de avaliar. Nesse curso a avaliação do rendimento dos alunos acontece de forma independente para cada disciplina, ou seja, cada disciplina deve contemplar no mínimo três avaliações durante o seu desenvolvimento, a última de forma cumulativa e sua média aritmética transformada em uma nota final de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos. Para ser aprovado sem exame o aluno deverá obter média igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina.

¹⁰ Os dados referidos estão contidos no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Agroindústria, constante na pasta de documentos de PROEJA na Coordenação Geral de Ensino do *Campus Sertão*.

Para os alunos em exame a nota final da disciplina é apurada mediante o cálculo da média aritmética entre a nota obtida durante o desenvolvimento da disciplina e a nota do Exame Final, sendo o resultado dividido por 2 (dois). O aluno será considerado aprovado quando essa for igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

$$MF = \frac{MS+NE}{2} \geq 5$$

Considerando que: MF = média final, MS = média do semestre, NE = nota do exame.

3.4 A metodologia no PROEJA

Durante a formação no curso PROEJA os alunos desenvolvem atividades que servem para demonstrar suas habilidades. São inúmeros os projetos que permitem a formação dos alunos e que estão intimamente relacionados com saberes da vida deles. Como já referido, tratam-se de alunos que trazem para o contexto escolar uma riqueza de experiência de vida profissional, familiar, social e de dificuldades que ensinam a encontrar saídas, face às carências e entraves que impediram a continuidade de seus estudos em idade própria, mas precisa ter em mente que são alunos que necessitam de utilização em sala de aula de uma metodologia e didática específicas de trabalho. Por isso, tratamos o PROEJA como uma pedagogia diferente, um fazer pedagógico próprio e inovador.

Nesse sentido, os cursos de formação técnica de nível médio e outras iniciativas se caracterizam como uma estratégia de integração metodológica, seja para fins tecnológicos ou epistemológicos ou pedagógicos, podendo gerar novos campos de conhecimentos ou procedimentos inovadores, para responder a novas necessidades sociais.

Sob essa ótica, a proposta de Paulo Freire traz inúmeros benefícios para a educação, pois reflete um ensino onde os alunos são envolvidos nas temáticas discutidas em sala de aula, um novo sentido; promove a interdisciplinaridade, porque os conteúdos não são tratados de forma isolada, mas dentro de uma problemática mais ampla; oportuniza o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, uma vez que sua base é o diálogo, o que leva o aluno a descobrir o conhecimento, e não receber informações prontas a serem memorizadas; e, por fim, aproxima professor e aluno, pois juntos

passam a assumir o papel de construtores do conhecimento, rompendo com a barreira da hierarquia entre quem sabe e quem precisa aprender.

Evidentemente que para o sucesso desse desafio de ensinar no PROEJA, necessita-se de um professor que seja crítico, interdisciplinar, reflexivo, criativo, inovador, questionador, articulador e que saiba valorizar os saberes discentes. Demo (1996, p.272) enfatiza que o professor necessita “de elaboração própria, precisa saber teorizar suas práticas, carece de atualização permanente, precisa dominar a instrumentalização eletrônica e saber avaliar a aprendizagem”.

Contribui com essa compreensão, Marilda Aparecida Behrens (2005, p.49) indicando que

com metodologias calcadas na criatividade em sala de aula, o aluno terá como desafio ações diferenciadas como saber pensar, aprender a aprender, apropriar-se dos conhecimentos disponíveis pelos múltiplos recursos inovadores e adquirir competência crítica, reflexiva e criatividade para produzir novos conhecimentos.

Nesse sentido, Tardif (2002, p.11) afirma que “o saber é sempre o saber de alguém que trabalha alguma coisa no intuito de realizar um objetivo qualquer”. Ele prossegue dizendo que (...) o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente. Contribuindo nessa linha de pensamento, Fortes (2012, p. 207), diz que “os saberes da docência não se limitam a um processo intelectual sistematizado ou puramente um conhecimento pedagógico técnico, pautado em regras e manuais, porém alcança uma perspectiva mais abrangente, enquanto prática social, humanizadora. Por isso exige um trabalho coletivo, reflexivo que articule, de forma harmônica, todos os saberes necessários para uma prática docente, comprometida com a formação humana e técnica”.

Por isso mesmo, entendemos e confiamos na capacidade inovadora dos docentes, mas conhecemos também, pela nossa experiência de atuação nessa modalidade de curso, que se constitui um desafio, estudar e adaptar-se a uma metodologia diferenciada de ensinar.

Exatamente por essa vivência, percebe-se também no IFRS e, conseqüentemente nos *Campi* que o constituem, algumas características específicas de cada modalidade de ensino. No PROEJA há a necessidade de que os docentes se sirvam de didáticas, técnicas de ensino e práticas pedagógicas inovadoras, pois o perfil de alunos e as especificidades do curso assim exigem.

Uma das significativas constatações prévias e que se buscou fundamentar nessa investigação, é que a necessidade de inserção a novos desafios de trabalhar em sala de aula tem ensejado iniciativas muito positivas de trabalho em equipe e essa postura de certa forma contaminou e modificou a forma de trabalhar de outros docentes em outros cursos integrados no *Campus*, como de formação em Agropecuária e em Manutenção e Suporte em Informática. As metodologias de ensinar no PROEJA mexeram com outros desafios de rediscutir as didáticas e prática pedagógicas em outros cursos no *Campus*.

3.5 Participação do PROEJA em eventos

Uma das contribuições muito positivas na modalidade de educação com EJA está nas relações com o mundo do trabalho, com a partilha de saberes e experiências e, claro, com projetos comunitários. Nesse contexto, o IFRS vem se destacando em nível mais abrangente, com a organização dos encontros do PROEJA. São encontros anuais e participam todos os *Campi* que compõem o IFRS, independente de oferecer o programa ou não. O primeiro encontro ocorreu na cidade de Bento Gonçalves, no mês de agosto de 2014, com o tema: “Integrando Saberes, Práticas e Experiências”. É uma oportunidade para que os *Campi* através de seus docentes e discentes, possam compartilhar experiências, podendo contribuir na formação de mais alunos integrantes dessa modalidade de ensino.

O *Campus* Sertão ofereceu essa oportunidade de participação a seus alunos com o objetivo de apresentar no evento os projetos exitosos e também conhecer outras iniciativas que as instituições desenvolvem e que podem ser aplicadas também no curso Técnico em Comércio.

Figura 2 - I Encontro do PROEJA do IFRS. Alunos e Professores



Fonte: Site do IFRS Campus Sertão - Disponível em www.sertao.ifrs.edu.br.

O segundo encontro do PROEJA do IFRS, tratou do tema: “Reflexões sobre os sujeitos e suas oportunidades”. Também ocorreu na cidade de Bento Gonçalves nos dias 06 e 07 de agosto de 2015. A troca de experiências entre os *Campi* foi mais um momento especial. Nesse ano houve a gravação de um vídeo com o relato das experiências vividas pelos alunos e docentes de cada *Campus* está disponível em www.ifrs.edu.br e fará parte da divulgação do PROEJA no IFRS. O evento contou com a contribuição do escritor Professor Dr. Gaudêncio Frigotto, que falou sobre a importância da formação profissional e de sua experiência com o PROEJA.

São depoimentos convincentes. Tanto palestrantes quanto docentes e alunos se sentem únicos por poderem apresentar iniciativas que efetivamente contribuíram para a formação profissional. Estamos falando de uma demanda de discentes que trazem em sua bagagem de vivências, uma rica história de vida, o que não se concretiza com a mesma qualidade em cursos integrados regulares e com alunos de faixa etária menor.

As avaliações desses eventos motivam para a continuidade dessa iniciativa que terá certamente efeito de resultados pedagógicos que merecem sempre maior evidência.

Figura 3 - II Encontro de PROEJA do IFRS. Representantes dos *Campi*, trocando experiências.



Fonte: Site do IFRS disponível em www.ifrs.edu.br

3.6 Inclusão social e o PROEJA

Desde sua implantação, o PROEJA tem como um dos seus objetivos principais a inclusão desses jovens e adultos na sociedade e as instituições de ensino da rede federal já vem desenvolvendo ações concretas de inclusão social desde os anos 1980. A partir da definição de um conceito mais específico de exclusão social, imediatamente foi criado um consenso acerca da noção chave de inclusão social nos mais diversos discursos em educação, inclusive acadêmicos, políticos, administrativos e de senso comum. Quase como que uma ação de oposição às realidades sociais e culturais da época cujas marcas evidenciavam realidades de exclusão bem evidentes. Para Sawaia (2001, p. 8) há uma dialética entre exclusão/inclusão: a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. A mesma autora (2001, p.9) diz também que não se caracteriza como falha do modo capitalista de produção, mas sim, como um produto intrínseco ao funcionamento do sistema que se manifesta como um dos vieses de sua própria contradição

Todos nós estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Para ser incluído na sociedade, o indivíduo precisa de condições para conquistar sua dignidade.

Exatamente por isso que, ao analisar o PROEJA no sentido de inclusão social, propõe-se a formação integral do cidadão e a sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, frise-se que não se faz perceber que, embora seja destinado a uma demanda de alunos em faixa etária específica, esteja constituído de menor teor de qualidade de formação se comparado a outras formas e modalidades de educação básica e formação técnica profissional.

De acordo com Mantoan (1997, p. 145).

A noção de inclusão não é incompatível com a integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocabulário integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Por essa razão, o PROEJA se caracteriza como uma modalidade de formação cujo princípio básico é a inserção de jovens ao mundo do trabalho, ao menos com uma formação profissional.

Na busca de atender os objetivos do programa, o *Campus Sertão* tem oportunizado aos alunos do PROEJA, a inclusão social, proporcionando-lhes momentos de integração e conhecimento cultural, através de viagens de visitas técnicas. Numa dessas viagens, os alunos visitaram a Serra Gaúcha, onde além de conhecerem lugares diferentes, tiveram a oportunidade de contatar e cultivar um pouco da cultura e da história da imigração italiana, desde sua chegada ao Estado até o desbravamento da região por eles habitada. Uma vez que esse Programa atende às especificidades de vivência de cada aluno e estes, na maioria, são descendentes de italianos e alemães.

Percebe-se que o envolvimento dos alunos em muitos campos do conhecimento é intenso em função de que se identificam com as origens, os costumes, a arte, a cultura dos seus antepassados.

Outras viagens programadas seguiram a mesma linha, levando em consideração a opinião dos alunos para que pudessem se sentir participantes efetivos das atividades.

Figura 4 – alunos do PROEJA acompanhados de professores em viagem.



Fonte: Site do IFRS Campus Sertão - Disponível em www.sertao.ifrs.edu.br

Durante a formação os alunos desenvolvem atividades que servem para demonstrar suas habilidades através de desenho e pintura, como nas aulas de artes onde eles constroem sua própria imagem. Isso proporciona aos alunos se auto retratar o que significa para eles a forma como se encontram ou como está sua auto estima. Segundo Alves (2012, p.3) “as atividades oferecidas aos alunos da EJA devem dirigir-se aos interesses e possibilidades de cada um, a fim de que os momentos vividos durante as atividades sejam de prazer, havendo assim um bom retorno em relação a sua auto estima”.

A mesma autora vai além quando diz:

Diante disso, percebem que se faz necessário os conhecimentos trazidos pelos alunos da EJA, pois esses conhecimentos já adquiridos no decorrer da vida são de grande valia para seu desenvolvimento pedagógico. A autoestima deve ser trabalhada diariamente em sala, é de fundamental importância para a permanência destes alunos que, timidamente, retornam aos bancos escolares, com a garra e a vontade de se formarem para “ser alguém na vida”. Pois o fracasso escolar está intimamente ligado à desmotivação, por parte dos alunos, no que se refere à continuidade dos estudos. (ALVES, 2012, p.3).

Talvez esses alunos não tenham tido a oportunidade de se revelarem como pessoas e nem se auto avaliarem como seres humanos, mesmo com uma riqueza de experiência de vida profissional, familiar, social, face às carências e entraves que

impediram a continuidade de seus estudos em idade própria. Além disso, a sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem. (BRASILb, 2006, p.16).

O autorretrato permite a expressão de conhecimento que os alunos têm de si próprios. Percebe-se a facilidade que os discentes carregam em avaliar os colegas e as dificuldades maiores em se auto avaliar e se ver fisicamente.

Figura 5 Exposição das autoimagens feitas pelos alunos



Fonte: Coordenação de Ensino do Campus Sertão - Disponível em <http://www.sertao.ifrs.edu.br>

Não se constituindo ainda uma conclusão da presente investigação, mas de forma efetiva, a manifestação dos alunos pela arte revela alguns saberes e autoconhecimento que impressionam, não somente pela habilidade artística, mas pela representação, leitura e significado dessas revelações. Essa com certeza constitui a verdadeira integração e partilha de outros saberes acumulados pelas vivências anteriores ao ingresso no curso.

3.7 PROEJA e a evasão escolar

Uma das marcas evidentes dessa modalidade é a evasão escolar, ou a possibilidade de que esse fenômeno ocorra no decorrer do curso. A evasão se caracteriza como o abandono dos estudos por parte do aluno. Quando falamos em educação de jovens e adultos, esse fenômeno é ainda mais frequente. Alunos da educação de jovens e adultos em sua maioria são trabalhadores, que já no passado

tiveram o seu direito à educação negado e encontraram inúmeras dificuldades quando tentaram voltar para o espaço escolar. A falta de flexibilidade em relação aos horários, a necessidade de trabalhar para sustentar a família, são alguns desafios na vida desses sujeitos.

Para Gadotti (2000, p. 18.) a evasão passa, também, pelo método do professor. “Cabe ao professor estimulá-lo a fim de que ele possa participar de todas as atividades propostas e que possa se sentir bem com o seu grupo de estudo”. Sendo essa uma das tensões que perpassam o curso de PROEJA no *Campus*, buscam-se constantemente respostas, para que isso deixe de acontecer. Na visão de Arroyo (1997, p.23), “Na maioria das causas a evasão escolar tem a responsabilidade de atribuir a desestruturação familiar e o professor, o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra”. O mesmo autor (2003), diz que se fala de aluno evadido, não de aluno excluído, fala-se de fracasso do aluno, não do fracasso da escola. Nesse sentido, quando o estado responsabiliza o educando pelo seu fracasso, considerando somente as questões individuais, esquece que estas são provocadas por fatores de ordem socioeconômica, que deixam ainda mais evidentes as desigualdades.

Não podemos esquecer que a questão pedagógica deve ser conduzida para atender alunos com essas especificidades. De acordo com o ponto de vista de Menegolla (1989) é importante que haja uma seleção de conteúdos e de alto valor pedagógico, direcionados aos interesses sociais, culturais e históricos do aluno, para que as aulas sejam significativas e atraentes, que sirva para o despertar ideológico, conduzindo para o meio social como cidadão crítico, questionador e formador de opiniões.

A preocupação com a evasão não é apenas do *Campus Sertão*, pois, em abril de 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU), realizou uma auditoria na rede federal de educação profissionalizante, científica e tecnológica e apontou índices de evasão de 24% do total de alunos matriculados nos cursos do PROEJA (TCU, 2013). Nesse sentido, o MEC através da portaria nº 39 de 22 de novembro de 2013 (DOU 25/11/2013 p. 26 seção 1 NR 228), designou oito membros, constituiu uma Comissão Específica ligada à SETEC e à Rede Federal, com atribuição de elaborar relatórios dos índices de evasão, retenção e conclusão dos cursos profissionais e tecnológicos, além de elaborar manual de orientação para o combate à evasão.

Para A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (2013), o índice de evasão passa pela necessidade de reformulação nos conteúdos oferecidos aos alunos do PROEJA. Constataram ainda que é necessário fazer um “mix” do conteúdo

geral do ensino médio com a formação profissional, para que o aluno se sinta atraído e desafiado e não abandone o curso no meio do caminho.

A evasão escolar tem sido motivo de grande preocupação nas Instituições de Ensino brasileiras. Sabemos que há um índice bem elevado de alunos que não concluem os estudos, ou seja, desistem durante o curso por diversos motivos e quando se fala na educação de jovens e adultos, isso é ainda mais preocupante. Muitos são os motivos que levam um aluno de EJA a abandonar os estudos, entre os que mais se evidenciam é a necessidade de trabalhar para sustentar a família, estar junto à família à noite e falta de motivação e perspectivas.

O *Campus Sertão* tem convivido com essa preocupação, pois as turmas normalmente iniciam com um número bem expressivo de alunos e em seguida começa o abandono. Existe a preocupação de como evitar que isso aconteça, afinal é preciso não apenas se preocupar com o ingresso do aluno no curso, mas oferecer meios e ações que o motive a permanecer e concluir os estudos.

A tabela I a seguir, apresenta dados da evasão dos alunos do PROEJA em cada curso oferecido no *Campus Sertão*. Na tabela II, há dados nacionais referentes à evasão de alunos do PROEJA, para fazermos uma análise dos dados e da necessidade de encontrar meios para reduzir esses índices desconfortáveis, já que comprovamos através dos dados que a evasão no *Campus Sertão* está acima dos índices nacionais.

TABELA I – Dados de alunos matriculados e alunos formados nos cursos de PROEJA *Campus Sertão*.

| Curso | Ano | Nº de matrículas | Nº formandos | Nº não formandos | % de formandos | % não formandos |
|---------------|------|------------------|--------------|------------------|----------------|-----------------|
| Agroindústria | 2006 | 20 | 12 | 8 | 60 | 40 |

| Curso | Ano | Nº de matrículas | Nº formandos | Nº não formandos | % de formandos | % não formandos |
|-------------|------|------------------|--------------|------------------|----------------|-----------------|
| Informática | 2006 | 20 | 11 | 09 | 55 | 45 |

| Curso | Ano | Nº de matrículas | Nº formandos | Nº não formandos | % de formandos | % não formandos |
|----------|------|------------------|--------------|------------------|----------------|-----------------|
| Comércio | 2010 | 35 | 14 | 21 | 40 | 60 |
| Comércio | 2011 | * | * | * | * | * |
| Comércio | 2012 | 25 | 12 | 13 | 48 | 52 |

| | | | | | | |
|----------|------|----|----|----|----|----|
| Comércio | 2013 | 15 | 06 | 09 | 40 | 60 |
| Comércio | 2014 | * | * | * | * | * |
| Comércio | 2015 | 20 | ** | ** | ** | ** |
| Comércio | 2016 | 20 | ** | ** | ** | ** |

*Nesses anos não foi oferecido o curso. ** Turmas que estão com o curso em andamento.

Dados de nº de Matrículas e nº de formandos dos cursos PROEJA no *campus* sertão. Fonte: CRA do *Campus* Sertão.

De acordo com os dados fornecidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do *Campus* Sertão, através das atas anuais da Educação de Jovens e Adultos na modalidade de PROEJA, o curso Técnico em Agroindústria ofereceu apenas uma turma no ano de 2006. Nesta, 40% dos alunos inicialmente matriculados não concluíram o curso. Da mesma forma o Curso de Técnico em Informática, também ofereceu apenas uma turma no ano de 2006 e 45% dos alunos matriculados não concluíram o curso.

A partir do ano de 2010 o Campus passou a oferecer o Curso Técnico em Comércio, tendo o ingresso de 35 alunos nessa turma e apenas 14 se formaram, elevando o índice de evasão para 60% na turma.

No ano de 2011, assim como no ano de 2014, o curso não apresentou ingresso de alunos. Enquanto que em 2012 o curso formou 12 alunos de um total de 25 matrículas, com um percentual de 52% de evasão. Esse índice se elevou para 60% de evasão no ano de 2013 onde apenas 15 alunos efetivaram matrícula, e destes 09 não concluíram o curso. As turmas de 2015 e 2016 estão em andamento. Dessas, 20 alunos efetivaram matrícula em cada ano.

E, de acordo com informações da Coordenação do curso, na turma de 2015 apenas 05 alunos continuam frequentando as aulas, já na turma de 2016 o número se eleva para 15 alunos frequentes.

Tabela II – Dados de evasão escolar Proeja cursos técnicos na Rede Federal- Brasil

| ANO | MATRICULAS | EVASÃO | % EVASÃO |
|------|------------|--------|----------|
| 2006 | 449 | 194 | 43,2 |
| 2008 | 2704 | 679 | 25,1 |
| 2010 | 11369 | 2055 | 18,1 |

Fonte: : MEC/SETEC-SISTEC, elaboração própria.

Em relação às informações apresentadas na tabela II, podemos verificar que durante os três anos referidos, a taxa de evasão nos cursos técnicos do PROEJA vem

diminuindo. Os dados mostram que no ano de 2006 tínhamos um taxa de 43,2%, baixando para 25,1% no ano de 2008 e para 18,1% no ano de 2010.

Um dos questionamentos que efetuamos num encontro nacional sobre PROEJA realizado em Rio do Sul, Santa Catarina, à equipe da SETEC/MEC era: qual a avaliação que o MEC faz sobre os cursos PROEJA, se levados em consideração os investimentos em infraestrutura e em recursos humanos colhendo-se um percentual tão elevado de retenção no final dos cursos? Chamou atenção a resposta da coordenação do MEC: a escola fez a diferença para esses poucos alunos, não importando quantos concluíram o curso, mas o que significou essa formação para os aprovados. Talvez esteja nessa razão o trato com demanda específica de alunos com essa realidade de vida e aqui se retorne aos conceitos de exclusão e inclusão que já se fez referência nesse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse estudo foi investigar como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA vem sendo oferecido no *Campus* Sertão, buscando contemplar as inquietações, as conquistas, tensões e desafios que o programa apresenta. Para tal foi desenvolvido um estudo sobre o Programa, que se objetiva oportunizar aos jovens e adultos o conhecimento profissional e formação geral que permitam retornar aos bancos escolares e se inserirem com maior facilidade no mundo do trabalho e até mesmo melhorar sua autoestima e convivência familiar e social.

O programa é oferecido no *Campus* desde o ano de 2006, quando foram implementadas turmas para os cursos de Técnico em Agroindústria e Técnico em Informática, tendo formado apenas uma turma em cada curso. A falta de demanda fez com que os cursos deixassem de ser oferecidos. Não se têm dados de pesquisa acerca do desinteresse por essas duas áreas de formação. Presume-se por levantamento superficial que as áreas de informática e de agroindústria exigem uma dedicação maior dos alunos para os avanços no conhecimento técnico. Isso fez com que o *Campus* pensasse em um novo curso e com nova área de formação técnica e foi através de estudos realizados com as comunidades próximas ao *Campus* que em 2009 passou a oferecer o Curso Técnico em Comércio, tendo formado três turmas e outras duas estão em andamento.

Através de estudos que realizamos com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), Técnico em Agroindústria e Técnico em Informática, constatamos que a forma com que o *Campus* ofereceu o curso, se assemelha muito com os objetivos propostos pelo programa. Desde sua organização curricular, fundamentada nas políticas de Paulo Freire, os temas geradores, a interdisciplinaridade, o estágio curricular com carga horária mínima, possibilita ao aluno medir na prática a dimensão dos conhecimentos adquiridos no curso.

Outro aspecto importante dos primeiros cursos técnicos em PROEJA foi o sistema de avaliação. Nestes, a avaliação consistia em definir os avanços dos alunos em cada módulo. A avaliação de desempenho do aluno era contínua, levando em consideração as habilidades adquiridas ao longo do semestre, priorizando os aspectos qualitativos e os avanços que os alunos apresentavam. Os conselhos de classe tiveram etapas significativas, tanto no tempo destinado à análise pela coordenação pedagógica com docentes, quanto estes, com os alunos para o diálogo aberto de avanços ou

permanências de alunos de acordo com o seu desenvolvimento nas atividades dos cursos.

Houve a preocupação do *Campus* em preparar os docentes, através de curso de capacitação, buscando qualificar os profissionais para atuar com jovens e adultos e com suas especificidades. Por se tratar de uma modalidade de ensino diferente dos cursos integrados tradicionais na instituição, as práticas pedagógicas com essa faixa etária exigiram desprendimento dos docentes e a busca de vivência diária de aprendizagens de como lidar com jovens e adultos. Mas o curso de formação realizado com os professores foi muito importante no contexto de elaboração do PPC e nas iniciativas de trabalho interdisciplinar, através de temas geradores.

Enquanto os Cursos Técnico em Agroindústria e Técnico em Informática apresentaram organização pedagógica de acordo com as normas propostas pelo programa, o mesmo não acontece com o Curso Técnico em Comércio. O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio é tradicional – entendido aqui sem especificidades do PROEJA, ou seja, segue a organização pedagógica dos cursos técnicos regulares que o *Campus* oferece – o que descaracteriza de certa forma se observada à orientação dos temas geradores propostos pela EJA. Não há nenhuma preocupação com as especificidades dos alunos que frequentam o curso. Para ingressar no curso, não há preocupação com o perfil do aluno por parte da instituição proponente do curso, em caso da demanda ser maior que o número de vagas ofertadas, o candidato é submetido a sorteio público.

A avaliação no curso técnico em Comércio referido também se assemelha ao sistema utilizado no curso técnico em Agropecuária Integrado, ou seja, os alunos se submetem a uma avaliação não apenas qualitativa, mas quantitativa, ou seja, com aferição de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) e submetem-se a exame final os que não obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) e uma média mínima igual ou superior a 5,0 (cinco) para aprovação final. Essas referências já constam na descrição dos cursos no contexto desse trabalho.

Dessa forma, não se avalia mais o aluno em conselho de classe com a participação dos discentes e tão pouco com a sistemática de avanços em módulos, o que de certa forma descaracteriza a modalidade EJA de ensino. Os alunos inclusive não mais participam dos conselhos de classe opinando e ouvindo os registros das atividades em que estão em destaque e nem as que precisam melhorar o desempenho.

A proposta a partir de nosso estudo é oferecer sugestões importantes acerca do PROEJA. A Coordenação de Ensino juntamente com a Coordenação Pedagógica da Instituição e o colegiado do Curso Técnico em Comércio no PROEJA, solicitaram esses dados de análise que estamos realizando para uma reformulação geral do PPC e novas diretrizes de atividades didáticas e pedagógicas, conforme determina a legislação da EJA. Portanto, efetivamente nosso trabalho está despertando para a retroalimentação do curso e das atividades inerentes ao seu desenvolvimento e expansão no *Campus*.

Havia encontros permanentes e cronologicamente definidos para estudos pedagógicos sobre PROEJA. Essas iniciativas de formação ainda existem, mas estão direcionadas com temas que atendam a todos os cursos e não tratam especificamente sobre a EJA. Essa é uma perda considerável no Programa e que requer urgência em sua retomada, condição para continuar com êxito os cursos na modalidade referida.

Outra constatação importante na análise do PPC dos cursos foi em relação ao estágio curricular. Essa atividade deixou de ser um projeto de desenvolvimento prático de atividades e passou a constituir-se uma disciplina na matriz curricular do curso, de igual organização e normatização dos cursos regulares integrados do *Campus*.

Efetivamente as primeiras experiências de cursos PROEJA no *Campus* foram muito significativas: oportunizaram o exercício de práticas pedagógicas bem sucedidas e integradoras, mas que aos poucos essa realidade deixou de certa forma a desejar. Podemos nos referir à qualificação docente, projetos integradores a partir de temas geradores, viagens técnicas com excelente resultado de aprendizagem, disciplinas que envolveram alunos em atividades conjuntas (português, alimentos e informática com desenvolvimento de projetos, visitas e relatórios conjuntos) e que enriqueceram os conhecimentos dos alunos. A disciplina de Artes que integrada a outras áreas, permitiu a criação, desenvolvimento da imaginação e autorretrato, foi considerada destaque pelos alunos e pelos docentes. Os registros em fotos no corpo desse estudo comprovam a qualidade das tarefas realizadas pelos alunos.

Aliás, nesse sentido, se autodescrever como pessoa foi uma tarefa que despertou inclusive a autoestima dos alunos e fez com que se conhecessem melhor como pessoas, como alunos e como profissionais.

Os Fóruns de PROEJA – dois já realizados – e outro sendo desenvolvido neste ano de 2016, pela reitoria do IFRS, estão possibilitando discussões e relato de experiências bem sucedidas em todos os *Campi*. A participação dos alunos do PROEJA

do *Campus* Sertão nesse evento, tem sido marcada por registros significativos de projetos e atividades que se realizam atualmente no curso Técnico em Comércio.

Como o objetivo do *Campus* não se restringe apenas em ofertar vagas na modalidade EJA, mas efetivamente conduzir os alunos para sua emancipação e inserção no mundo trabalho, é importante uma análise comparativa breve também em relação à retenção de alunos do *Campus* e de âmbito nacional.

Em relação à evasão dos alunos que ingressam no PROEJA, sem a intenção de estabelecer neste trabalho as causas dessa relação, fizemos um comparativo com os índices em nível nacional. O indicativo na Tabela 1 do presente estudo mostra uma retenção e evasão em percentuais altos, acima inclusive dos índices nacionais. Na medida em que os índices de retenção e evasão decrescem em nível nacional, no *Campus* Sertão há uma média de 46,6% de alunos que não evoluíram nos seus estudos. Esses dados exigem uma urgente rediscussão da permanência do aluno de EJA na instituição.

Em relação aos objetivos a que nos propusemos na introdução desse trabalho constata-se que efetivamente foram muitas as dificuldades encontradas desde a implantação dos cursos, especialmente na falta de conhecimento de como trabalhar com essa modalidade de curso. Da mesma forma, as dificuldades de manutenção dos alunos matriculados em atividades, evitando-se a desistência. Por outro lado o significado do retorno dos alunos à escola e os avanços proporcionados pelos cursos no que se refere à autoestima, melhor condição de vida familiar e social e a satisfação de estar matriculado e fazer parte de uma instituição tão importante para a região foram constatações evidentes no trabalho.

Percebe-se igualmente que houve significativo regresso no que se refere à manutenção das características dos cursos EJA. Perdeu-se em muito a caráter específico do modo de trabalhar pedagogicamente o curso, pois os cursos técnicos regulares integrados acabaram por absorver as características de interdisciplinaridade do curso PROEJA a partir do curso técnico em Comércio.

No que se refere aos objetivos específicos foi possível um importante estudo sobre os PPCs e a documentação pertinente. As propostas de formação previstas nos documentos efetivamente oportunizam a inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho, carente de qualificação profissional. A evasão requer uma tomada de análise imediata dos cursos uma vez que ainda se sustenta na iminência de haver pouca

demanda de candidatos para as próximas turmas. No entanto, mesmo assim, o curso é significativo para os alunos frequentes.

Na reformulação do PPC é preciso levar em consideração as condições de ingresso e permanência dos alunos, evitando-se desistências que se constituem ao longo do curso. É necessário um estudo também das causas que levam os alunos à desistência, se estão relacionadas com questões pessoais e familiares dos alunos ou se concentram em necessidades ainda não atendidas pela instituição.

Como já referido anteriormente as atividades bem sucedidas que motivam os alunos, integram as áreas do conhecimento e os envolvem com a comunidade externa, são fundamentais no exercício das próximas turmas. Muitos foram os registros de bons trabalhos integradores, e são fundamentais para que o PROEJA cumpra seus objetivos. Como referência, os eventos integradores com outras instituições com registro de projetos exitosos e com a participação dos alunos pode contribuir muito nos próximos planejamentos de cursos e auxiliar na manutenção dos alunos com sucesso na instituição e garantia de inserção exitosa no mundo do trabalho.

A modalidade EJA está muito mais para oportunizar a emancipação e a formação técnica para a inserção no mundo do trabalho do que para o olhar as dificuldades que a ela se relacionam no decorrer do curso. O significado de continuidade de estudos para alguns alunos tem significado muito mais expressivo do que o quantitativo ou percentuais dos que não conseguem êxito até o final do curso.

A educação precisa estar voltada para essas demandas pontuais de cidadãos que estão à margem das oportunidades de vida digna. Caso contrário, estaremos cultuando dados de exclusão, sem sentido, em vez de promover a inclusão que tem significados de vida e de autoestima.

Por fim, o que podemos concluir em relação ao nosso tripé de investigação “Conquistas, Tensões e Desafios”, é que o programa apesar de enfrentar grandes dificuldades para ser implantado no *Campus Sertão* oportunizou aos jovens e adultos uma formação técnica muito significativa. Em alguns casos serviu para a retomada dos estudos e conseqüentemente motivou os discentes para outras formações superiores, além de proporcionar atividades de inclusão no meio social e preparação para o mundo do trabalho. Podemos também considerar como importante avanço a manutenção do curso, uma vez que já há dez anos de sua implantação, essa modalidade de ensino, continua sendo oferecido pelo *Campus Sertão*. Evidentemente com ajustes em relação à área de formação, mas há demanda.

Em relação às tensões que o curso oferece, a maior delas é encontrar meios para que os alunos que efetivam a matrícula possam concluir os estudos, buscando identificar as causas do elevado número de alunos que abandonam o curso. A retenção está sendo um grande desafio para todo o IFRS e as discussões se estabelecem em nível nacional.

Outro desafio é reformular o projeto pedagógico do Curso Técnico em Comércio, buscando adequá-lo ao documento base do MEC, no sentido de atender as especificidades desse público. A coordenação do curso, já está proporcionando debates juntamente com o colegiado do curso e estamos contribuindo com o resultado do nosso estudo a fim de efetuar as alterações necessárias.

No que se refere à atuação docente, carece de investimentos significativos ainda de atitude de pertencimento ao curso. Trata-se de uma modalidade de curso que requer diferentes metodologias e didáticas de trabalho e disso os agentes do processo ensino e aprendizagem devem se apropriar e ter continuidade de apoio

Sentimos que a manutenção do aluno na escola também passa pela estrutura dos ambientes de aprendizagem, do envolvimento maior com o mundo do trabalho através de projetos cooperativos com a comunidade, de valorização maior dos saberes da classe, da revisão, como já referido da metodologia de avaliar, menos rígida, mas flexível como rege a EJA e de integração de turmas de EJA com outros cursos e modalidades de ensino no *Campus*. É nesse sentido, que os IFs buscam formar os alunos na integração entre ensino, pesquisa e extensão e o público do PROEJA têm características que permitem mais facilmente essa integração.

Caso contrário, os saberes da vida, as leituras do mundo não seriam valorizados e os bons projetos integrados e de desenvolvimento de capacidade artística, cultural e social desenvolvidos até hoje não teriam sentido e, efetivamente se constituíram grandes avanços e que podem ser incrementados e conseqüentemente motivados para outros desafios ainda maiores. É uma questão de acreditar no potencial dos alunos e nos resultados que a educação é capaz de proporcionar, mesmo que a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rosicley Aparecida Roque. *A importância da auto estima na educação de jovens e adultos*. 2014. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos>. Acesso em 03 ago. 2016.

ARROYO, Miguel González. *da. Escola coerente à Escola possível*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Miguel G. *A escola possível é possível? In: ARROYO, Miguel G. (Org.). Da escola carente à escola possível*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 11-54. (Coleção Educação Popular).

_____. Miguel González. *Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G.C; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica 2005 p. 24-25.

_____. Miguel González. *Formar educadoras e educadores de jovens e adultos*. In: SOARES, Leôncio (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica/SECADMEC/UNESCO, 2006.

BEHRENS, Marilda A. *O paradigma emergente e a prática pedagógica*. Curitiba: Champagnat, 2005.

BONETI, L.W. *As Políticas Educacionais, a Gestão da Escola e a Exclusão Social*. In: FERREIRA, A. *Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 02 Set. 2016.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 de jan. de 2016.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 de mar. de 2016.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 mar. 2016.

_____. *Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957*. Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul.

Código de campo alterado

Formatado: Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

_____. *Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967*. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em: www.planalto.gov.br/. acesso em 18 dez. 2015.

_____. *Lei nº 6.545 de 30 de junho de 1978*. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 20 Ago. 2016.

_____. *Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993*. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências.

_____. *Lei nº 8.948 de 08 de dezembro de 1994*. Dispõem sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 14 Set. 2016.

_____. *Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em 10 Set. 2016.

_____. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/. Acesso em 15 dez. 2015.

_____. *Lei nº 11.195 de 18 de novembro de 2005*. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

_____. *Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005*. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as *Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002*; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 23 ago. 2016.

_____. *Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF, 2008.

_____. *Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, Brasília DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

_____. *Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. *Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência para o período de dez anos (2014-2024). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 11 Set. 2016.

_____. *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 10 Set. 2016.

_____. *Decreto nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/>. Acesso em 10 Set. 2016.

_____. *Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964* Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas.

_____. *Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967*. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura .

_____. *Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968a*. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades .

_____. *Decreto nº 62.519, de 9 de abril de 1968b*. Dispõe sobre a mudança de nome do Colégio Agrícola de Passo Fundo e dá outras providências

_____. *Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979*. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino. “Os estabelecimentos de ensino subordinados à Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário-COAGRI, órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Grau do Ministério da Educação e Cultura, terão a denominação uniforme de ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL, seguida do nome da cidade em que se localiza o estabelecimento.

_____. *Decreto nº 92.374, de 06 de fevereiro de 1986*. Aprova o Estatuto de Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em 12 Set. 2016.

_____. *Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997a*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997b*. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 Set. 2016.

_____. *Decreto nº 3.462, de 17 de maio de 2000*. Dá nova redação ao art. 8º do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Revogado pelo Decreto 5.224, de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 08 Set. 2016.

_____. *Decreto nº 4.834, de 08 de setembro de 2003*. Cria o Programa Brasil Alfabetizado, institui a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire, e dá outras providências. Revogado pelo *Decreto nº 6.093 de 2007*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 02 Set. 2016.

_____. *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004a*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 5.224 de 1º de outubro de 2004b*. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 14 Set. 2016.

_____. *Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005b*. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, 24 jun. 2005.

_____. *Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006a*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica ao na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF.

_____. *Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007a*. **Institui o Programa Brasil Profissionalizado**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 20 Jun.2016.

_____. *Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007c*. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em 02 Set. 2016.

BRASIL. *Documento-Base do PROEJA de Nível Médio e Técnico*. Setec/ MEC. 2007b. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 23 mar.2016.

_____. *Projeto de Lei nº 3.775, de 23 de julho de 2008*. Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília/DF, 2008.

_____. CNE – *Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000b*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

_____. *Resolução/CD/FNDE nº 25, de 16 de junho de 2005a*. Estabelece os critérios e as normas de transferência de recursos financeiros ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – Fazenda Escola. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em 08 Set. 2016.

_____. *Resolução nº 36 de junho de 2009a*. Estabelece orientações, diretrizes, critérios e normas para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil), nos termos da *Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006*, a partir do exercício 2009.

_____. Ministério da Educação: *Índices de analfabetismo no Brasil*. disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/> acesso em 26 ago. 2016.

_____. *Portaria Interministerial MEC/MTb nº 1.018 de 11 de setembro de 1997c*. Cria o Conselho Diretor do Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/>. Acesso em 25 Ago.2016.

_____. *Portaria nº 10 de 16 de abril de 1998*. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em 13 Set. 2016.

_____. *Portaria MEC nº 064 de 12 de janeiro de 2001*. Define os procedimentos para o reconhecimento de cursos/habilitações de nível tecnológico da educação profissional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/>. Acesso em 12 Set.2016.

_____. *Portaria nº 77/2002 Ministério da Educação*. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos- Enceaja. Brasília: INEP, 2002. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/> Acesso em: 24 ago. 2016.

_____. *Portaria nº 282 de 26 de abril de 2004c*. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA – Manual de Operações. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em 13 Set. 2016.

_____. *Portaria Interministerial nº 1.082 de 20 de novembro 2009b*. Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/>. Acesso em 10 Ago.2016.

_____. *Portaria Nº 1.015, de 21 de julho de 2011 a*. Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Disponível em <http://portal.impresanacional.gov.br/> de 22/07/2011. Acesso em 05 Ago.2016.

_____. *Portaria MEC nº 39 de 22 de novembro de 2013 (DOU 25/11/2013 p. 26 seção 1 NR 228)* Acesso em: 09 Set. 2016.

_____. *Parecer CEB nº: 11/2000a Ministério da Educação*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad>. Acesso em 12 Set.2016.

_____. *MTb. SEFOR. PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional*. Avanço conceitual. Termos de referência. Brasília: FAT/CODEAT, fev. 1997d. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em 20 Ago.2016.

_____. *Programa Nacional De Educação Na Reforma Agrária - PRONERA* Diretoria Executiva. Disponível em www.pronera.gov.br/. Acesso em 08 Set. 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC / SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 26 Set. 2016.

_____. *MEC. SEMTEC. PROEP. Educação profissional. Legislação básica. 5ª ed.* Brasília: MEC, jan. 2001.

_____. *Pregão Eletrônico nº 005/2006. Processo nº 23002.001484/06-93*, nos termos do Contrato de Empréstimo nº 1.052/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em 20 Ago.2016.

_____. OFÍCIO CONVITE nº 40 GAB/SETEC/MEC. *Ministério da Educação*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 12 Set.2016.

_____. *EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2011 – Sdh/Pr Seleção Pública De Propostas Para Apoio A Projetos Voltados Para Políticas No Âmbito Da Secretaria De Direitos Humanos.*

_____. Rede e-Tec Brasil. Educação Profissional e Tecnológica a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>. Acesso em 10 Set.2016.

CARRANO, Paulo. *Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”*. Reveja, agosto de 2007.

CIAVATTA, Maria. *A formação integrada – a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: projeto “Memória e temporalidades da formação do cidadão produtivo emancipado – do ensino médio técnico à educação integrada profissional e tecnológica”* (Apoio CNPq e FAPERJ). Rio de Janeiro, novembro de 2004, p. 1.

_____. Maria. *Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 83-105.*

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência. 2ª ed.* São Paulo: Atlas, 1996.

FAZENDA, I.C.A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia. 5ª Ed.* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *Práticas Interdisciplinares na Escola.* São Paulo: Cortez. 2003

FERRETI, C. J. *As tensões decorrentes da implantação das políticas de educação profissional e tecnológica no IFSP. In: DALBEN, A. L.; DINIZ, J.; LEAL.; SANTOS, L. (org.) Coleção Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.*

FORTES, Maria Carolina. *Entrelaçamentos de vidas: A constituição da docência na educação profissional e tecnológica.* Porto Alegre 2012.

FREIRE, Paulo. *O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. In: FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.* São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, p. 13-50.

_____. *A alfabetização de adultos - crítica de sua visão ingênua compreensão de sua visão crítica. In: FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981, p. 11-20.*

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola Pública na atualidade: lições da história*. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

_____. *Concepções e Mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

GADOTTI, Moacir. *Convite à Leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione, 2000.

_____. Moacir. *Educação de adultos como direito humano*. Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009

GARCIA, Joe. *O futuro das práticas de interdisciplinaridade na escola*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 12, nº 35, jan/abr.2012, p. 209-230

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. *Escolarização de jovens e adultos*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HANNECKER, Lenir A. *Compreensão do Currículo na Educação Profissional: possibilidades e tensões de ensino integrado*. Ed. Unisinos: São Leopoldo, RS, 2014.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

KUENZER, Acácia. *Ensino médio. Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Acácia Zeneida (Org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão*. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006.

MACHADO, L. R. de S. PROEJA: *o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador*. In: EJA formação técnica integrada ao ensino médio: boletim 16. set. Brasília: MEC, p. 3-23, 2006. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/> . Acesso em 23 Set. 2016.

MENEGOLLA, M. Didática: *aprender a ensinar*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. *A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema* São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. *Pesquisa Social*. Edição Temas Sociais. 14ª ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa, Instituto Piaget, 1991.
- _____. *A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOURA, Dante Henrique. PINHEIRO, Rosa A. *Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos*. IN: Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 82, p. 91-108, nov. 2009.
- Organização Das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência E A Cultura (UNESCO) Declaração de Hamburgo; disponível em <http://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em 26 ago. 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO –* Disponível em <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> Acesso em: 02 jan. 2016.
- PACHECO, E. M. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN, 2010.
- PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.
- RAMOS, Marise. *Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado*. In: FRIGOTTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino Médio: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.
- SANTOMÉ, J. T. *Globalização e Interdisciplinariedade – o Currículo Integrado*; trad. Cláudia Schilling - Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1998.
- SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SAWAIA, B.B. *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOARES, N. S. *Fragmentos de uma Abordagem sobre alguns Fundamentos Pedagógicos da Ação Educacional Transdisciplinar*. In: ÁGERE – Revista de Educação e Cultura. Vol. 5, nº 5 –Salvador: Quarteto, 2002, p.119 – 140
- TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação de Professores*. 11ª. ed, Petrópolis RS: Vozes, 2002.
- YIN. Robert, K. *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. 2ª Ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO I Ficha de inscrição para ingresso no curso, comparativo de idades

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO
CURSO PROEJA
ENTREVISTA AOS CANDIDATOS Nota _____

Nome do Aluno: FERNANDO POTRIGO MENEGATTI Inscrição: 43

1. Idade: 18 ANOS

2. Procedência: () rural (X) urbana

3. Nível de escolaridade: Ensino Fundamental - estudou até 8ª série
Ensino Médio - estudou até 1ª série (REPROVOU)

4. Há quanto tempo não frequenta estudos regulares? ESTÁ ESPERANDO 4º ANO DO ENSINO MÉDIO

5. Condição profissional: () empregado (X) desempregado () aposentado

6. Profissão Atual? CALDEIROS

7. Porque quer realizar o curso?
(X) Busca de oportunidade de emprego.
() Melhoria das condições de trabalho.
() Crescimento pessoal.
() ocupação para o momento
() Outra _____

8. Tem disponibilidade em frequentar o Curso? (X) sim () não

9. Tem algum conhecimento sobre o curso escolhido? (X) Sim () Não

10. Tem preferência por alguma área do curso? Qual? ASSISTÊNCIA TÉCNICA

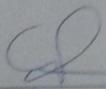
11. Se receber no decorrer do curso uma proposta de trabalho que está aguardando há algum tempo, o que você faz?
() Abandona o curso (X) Continua o curso ()Tranca a matrícula e aguarda outra turma

12. Se não for classificado, faz opção por outro curso? () Sim (X) Não _____

13. Você tem facilidade de acesso à EAFS no turno escolhido? (X) Sim () Não _____

Observações O CANDIDATO ESTÁ ESPERANDO A 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO NO PÓLO VERDE (REPETENTE). ESTÁ ESPERANDO OPORTUNIDADE DE TRABALHO em PASSO FUNDO, MAS TEM INTENÇÃO DE IR E VOLTAR DIARIAMENTE

Sertão RS, março de 2006.



ANEXO II Ficha de inscrição para ingresso no curso, comparativo de idades

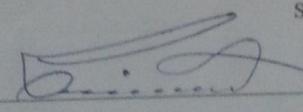
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO
CURSO PROEJA
ENTREVISTA AOS CANDIDATOS Nota 90

Nome do Aluno: MARILENA SILVA Inscrição: 049

1. Idade: 42
2. Procedência: () rural (x) urbana
3. Nível de escolaridade: Ensino Fundamental – estudou até 8ª série
Ensino Médio – estudou até _____ série
4. Há quanto tempo não frequenta estudos regulares? 07 anos
5. Condição profissional: (x) empregado () desempregado () aposentado
6. Profissão Atual? Auxiliar de limpeza
7. Porque quer realizar o curso?
(x) Busca de oportunidade de emprego.
() Melhoria das condições de trabalho.
(x) Crescimento pessoal.
() ocupação para o momento
() Outra _____
8. Tem disponibilidade em frequentar o Curso? (x) sim () não
9. Tem algum conhecimento sobre o curso escolhido? () Sim (x) Não
10. Tem preferência por alguma área do curso? Qual? Qualquer
11. Se receber no decorrer do curso uma proposta de trabalho que está aguardando há algum tempo, o que você faz?
() Abandona o curso (x) Continua o curso ()Tranca a matrícula e aguarda outra turma
12. Se não for classificado, faz opção por outro curso? () Sim (x) Não
13. Você tem facilidade de acesso à EAFS no turno escolhido? (x) Sim () Não

Observações dificuldade e idade

Sertão RS, março de 2006.



ANEXO III Comprovante de pagamento para qualificação de docentes.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO - RS

Ilmo. Sr. Ordenador de Despesas

Dispensa de Licitação Nº 054 /2006.

Venho a presença de V. S^a., solicitar que seja dispensada a licitação de acordo com o Artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, por serviços técnicos profissionais a serem prestados a fim de ministrar curso de capacitação para docentes e técnicos administrativos para atuação no Modalidade de Ensino EJA – Ensino Médio, visando a implantação do PROEJA nesta escola, num total de 40 horas de atividades.

Os serviços acima, serão prestados pela trabalhadora autônoma: **MARIA ARLETE PEREIRA**, no valor total dos serviços de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Engº. Luiz Englert, Sertão, em 14 de Março de 2.006.

Terézinha Intiar
Terézinha Intiar
DIRETORA DEPTO. ADM. E PLANEJAMENTO

DE ACORDO:

Homologo a presente dispensa de licitação, baseada na legislação supra e autorizo a emissão da Nota de Empenho.

Engº. Luiz Englert, Sertão, em 14 de Março de 2006.

Elcio
Elcio Antonio Paim
ORDENADOR DE DESPESAS
Diretor Geral

ANEXO IV Matriz curricular Curso Técnico em Agroindústria

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA FERAL DE SERTÃO

24

15 - PROPOSTA CURRICULAR
PROEJA - ENSINO MÉDIO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA

| MÓDULOS | DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA |
|--|--------------------------------------|------------------|
| MÓDULO I | Português | 40 horas |
| | Inglês | 40 horas |
| | Educação Artística | 40 horas |
| | Educação Física | 40 horas |
| | Física | 40 horas |
| | Química | 40 horas |
| | Biologia | 40 horas |
| | Matemática | 40 horas |
| | História | 40 horas |
| | Geografia | 40 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 400 horas |
| MÓDULO II | Português | 40 horas |
| | Inglês | 40 horas |
| | Educação Artística | 40 horas |
| | Educação Física | 40 horas |
| | Física | 40 horas |
| | Química | 40 horas |
| | Biologia | 40 horas |
| | Matemática | 40 horas |
| | História | 40 horas |
| | Geografia | 40 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 400 horas |
| MÓDULO III | Português | 40 horas |
| | Inglês | 40 horas |
| | Educação Artística | 40 horas |
| | Educação Física | 40 horas |
| | Física | 40 horas |
| | Química | 40 horas |
| | Biologia | 40 horas |
| | Matemática | 40 horas |
| | História | 40 horas |
| | Geografia | 40 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 400 horas |
| MÓDULO IV FUNDAMENTOS AGROINDUSTRIAIS | Química Geral | 28 horas |
| | Biologia Geral | 28 horas |
| | Química Analítica | 44 horas |
| | Microbiologia Agroindustrial | 60 horas |
| | Bioquímica Agroindustrial | 60 horas |
| | Bromatologia Agroindustrial | 60 horas |
| | Higiene Agroindustrial | 20 horas |
| | Segurança do Trabalho | 20 horas |
| | Informática | 40 horas |

| | | |
|---|---|--------------------|
| | Português | 40 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 400 horas |
| MÓDULO V TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL | Zootecnia e Inspeção de Carnes | 56 horas |
| | Tecnologia de Carnes e derivados | 120 horas |
| | Tecnologia de Leite e derivados | 120 horas |
| | Tecnologia de Massas e Panificios | 60 horas |
| | Tecnologia de Frutas e Hortaliças | 120 horas |
| | Tecnologia de Óleos e Gorduras | 56 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 532 horas |
| MÓDULO VI GESTÃO | Planejamento e Projetos | 52 horas |
| | Gestão e Economia | 52 horas |
| | Gestão ambiental e tecnologia de tratamento de resíduos | 60 horas |
| | Metodologia Científica/Relatório de estágio | 24 horas |
| | MÓDULOS OPTATIVOS* (2) | 80 horas |
| Carga Horária Total do Módulo | 268 horas | |
| | Carga Horária | 1.200 horas |
| | ESTÁGIO CURRICULAR | 360 horas |
| | TOTAL DE HORAS DO CURSO | 2.760 horas |

* - Módulos optativos

| | |
|---|----------|
| Tecnologia e Industrialização de Erva-mate | 40 horas |
| Tecnologia de Pescados | 40 horas |
| Tecnologia de Produtos de Higiene e Limpeza | 40 horas |
| Tecnologia de bebidas | 40 horas |
| Marketing e Propaganda | 40 horas |
| Operação e Manutenção de Caldeiras | 40 horas |
| Tecnologia de Curtimento de peles e couros | 40 horas |

ANEXO V Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
Escola Agrotécnica Federal de Sertão

15 - PROPOSTA CURRICULAR
PROEJA - ENSINO MÉDIO TÉCNICO EM INFORMÁTICA

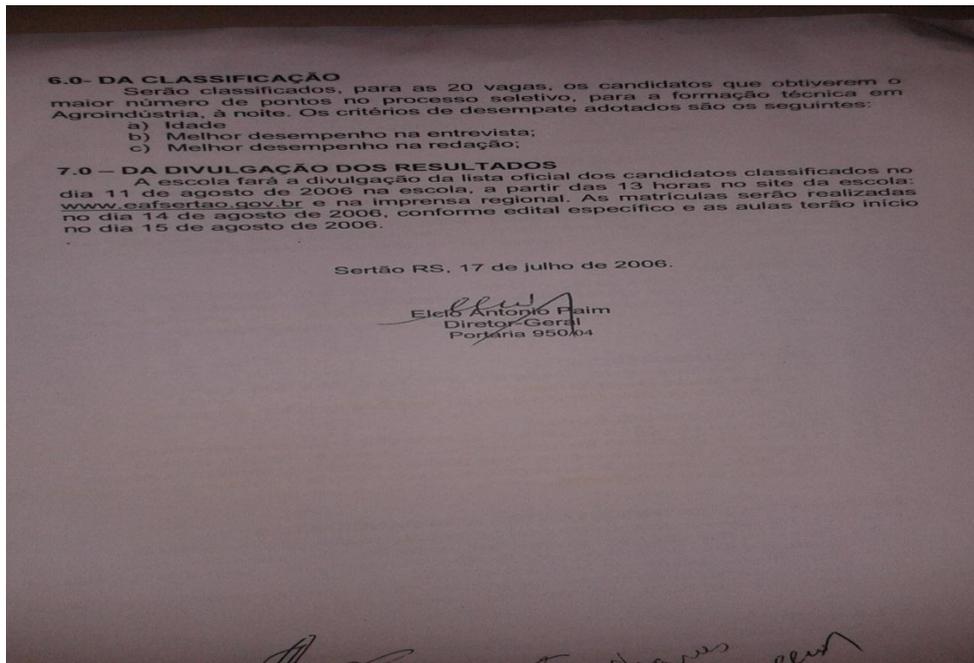
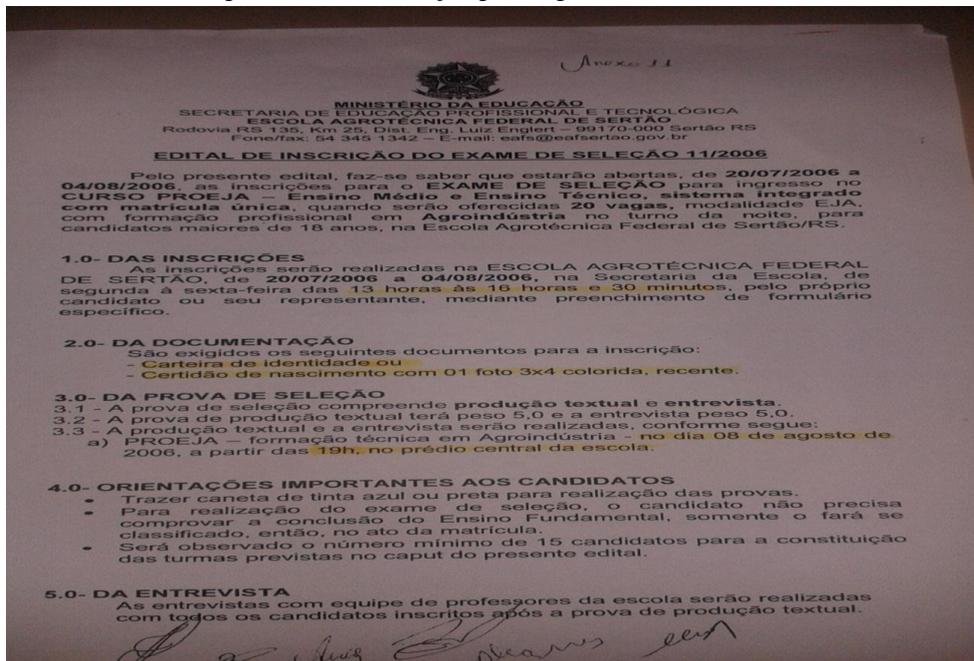
| MÓDULOS | DISCIPLINAS | CARGA HORÁ- RIA |
|---|---------------------------------------|--------------------|
| MÓDULO I | Português | 40 horas |
| | Inglês | 40 horas |
| | Educação Artística | 40 horas |
| | Educação Física ✓ | 40 horas |
| | Física | 40 horas |
| | Química | 40 horas |
| | Biologia | 40 horas |
| | Matemática | 40 horas |
| | História | 40 horas |
| | Geografia | 40 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 400 horas |
| MÓDULO II | Português | 40 horas |
| | Inglês | 40 horas |
| | Educação Artística | 40 horas |
| | Educação Física | 40 horas |
| | Física | 40 horas |
| | Química | 40 horas |
| | Biologia | 40 horas |
| | Matemática | 40 horas |
| | História | 40 horas |
| | Geografia | 40 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 400 horas |
| MÓDULO III | Português | 40 horas |
| | Inglês | 40 horas |
| | Educação Artística | 40 horas |
| | Educação Física | 40 horas |
| | Física | 40 horas |
| | Química | 40 horas |
| | Biologia | 40 horas |
| | Matemática | 40 horas |
| | História | 40 horas |
| | Geografia | 40 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 400 horas |
| MÓDULO IV OPERAÇÃO DE COMPUTADORES | Inglês Técnico I | 40 horas |
| | Sistemas Operacionais I | 80 horas |
| | Informática na Empresa | 20 horas |
| | Aplicativos básicos I | 60 horas |
| | Montagem e manutenção de computadores | 80 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 280 horas |
| MÓDULO V INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS | Inglês Técnico II | 40 horas |
| | Análise de Sistemas | 60 horas |
| | Algoritmos e Estrutura de Dados | 80 horas |
| | Programação I | 60 horas |

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
Escola Agrotécnica Federal de Sertão

| | | |
|--|--|--------------------|
| | Aplicativos para Web | 70 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 310 horas |
| MÓDULO VI ADMINISTRAÇÃO DE RE- DES E APLICAÇÕES PA- RA INTERNET | Aplicativos para WEB II | 70 horas |
| | Programação II | 90 horas |
| | Banco de Dados | 60 horas |
| | Redes | 70 horas |
| | Sistemas Operacionais II | 60 horas |
| | Redação, Metodologia Científica/Relatório de estágio | 60 horas |
| | Carga Horária Total do Módulo | 410 horas |
| | Carga Horária | 1.000 horas |
| | ESTÁGIO CURRICULAR | 200 horas |
| | TOTAL DE HORAS DO CURSO | 1.200 horas |

Fonte: documentos e arquivos na Coordenação Geral de Ensino do IFRS *Campus* Sertão.

ANEXO VI Edital para exame de seleção para ingresso no curso PROEJA.



Edital de exame de seleção para ingresso no curso de PROEJA. Fonte: Coordenação de Ensino do Campus Sertão - Disponível em documentos e arquivos na Coordenação Geral de Ensino do IFRS Campus Sertão.

ANEXO VII Produção textual, parte do processo de ingresso do aluno.

REDAÇÃO

Depois de analisar as duas opções de redação abaixo, escolha uma delas e redija um texto dissertativo que deverá ter, no mínimo, vinte e cinco linhas.

Siga atentamente as instruções:

- Faça o rascunho do texto no verso da prova.
- Use caneta de tinta azul ou preta.
- Escreva com letra legível.
- Faça introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Revise seu texto antes de passar na folha definitiva (em anexo).

Sua redação será anulada se:

- Não apresentar título.
- Não seguir o tema selecionado.
- Apresentar rasuras.
- Estiver desestruturada.
- Não tiver o número de linhas previsto.

SUGESTÃO 1

"Dizem as pessoas ligadas ao estudo da Ecologia que são incalculáveis os danos que o homem vem causando ao meio ambiente. O desmatamento de *grandes extensões de terra, transformando-as em verdadeiras regiões desérticas*, os efeitos nocivos da poluição e a matança indiscriminada de muitas espécies são apenas alguns dos aspectos a serem mencionados. Os que se preocupam com a sobrevivência e o bem-estar das futuras gerações temem que a ambição desmedida do homem acabe por tornar esta terra *inabitável*."

SUGESTÃO 2

"A escalada de violência a que a sociedade humana deste final de século tem assistido parece anestesiar a consciência das pessoas. Os acontecimentos *narrados diariamente nos noticiários da televisão e aqueles que se passam à volta do cidadão comum, em qualquer ponto do planeta, fazem com que os fatos outrora pertencentes ao rol dos extraordinários, passem a ser considerados normais*."

Fonte: Coordenação de Ensino do Campus Sertão - Disponível em documentos e arquivos na Coordenação Geral de Ensino do IFRS *Campus Sertão*

ANEXO VIII Ficha de entrevista dos candidatos

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO
CURSO PROEJA
ENTREVISTA AOS CANDIDATOS Nota _____

Nome do Aluno: ANTONIO SEBASTIÃO DOS SANTOS SILVA Inscrição: 44

1. Idade: 42 ANOS

2. Procedência: rural urbana

3. Nível de escolaridade: Ensino Fundamental – estudou até 8ª série (ETA)
Ensino Médio – estudou até _____ série

4. Há quanto tempo não frequenta estudos regulares? 25 ANOS

5. Condição profissional: empregado desempregado aposentado

6. Profissão Atual? SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

7. Porque quer realizar o curso?
 Busca de oportunidade de emprego.
 Melhoria das condições de trabalho.
 Crescimento pessoal.
 ocupação para o momento
 Outra _____

8. Tem disponibilidade em frequentar o Curso? sim não

9. Tem algum conhecimento sobre o curso escolhido? Sim Não

10. Tem preferência por alguma área do curso? Qual? PROGRAMAÇÃO

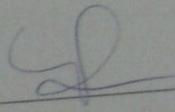
11. Se receber no decorrer do curso uma proposta de trabalho que está aguardando há algum tempo, o que você faz?
 Abandona o curso Continua o curso Tranca a matrícula e aguarda outra turma

12. Se não for classificado, faz opção por outro curso? Sim Não _____

13. Você tem facilidade de acesso à EAFS no turno escolhido? Sim Não _____

Observações POR SER SERVIDOR DA ESCOLA SUGERE QUE O CURSO SE REALIZADO NO TURNO DE TARDE (OUVA TURMA)

Sertão RS, março de 2006.



Fonte: Coordenação de Ensino do Campus Sertão - Disponível em documentos e arquivos na Coordenação Geral de Ensino do IFRS Campus Sertão

ANEXO IX Edital de matrícula do Curso PROEJA


MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO
ENGº LUIZ ENGLERT – SERTÃO – RS

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 12/2006

Pelo presente Edital, faz-se saber que no dia **14 de agosto de 2006** serão realizadas as matrículas dos candidatos classificados em ordem decrescente, para ingresso no **CURSO PROEJA – Ensino Médio e Ensino Técnico, sistema integrado com matrícula única**, em **Agroindústria** no turno da noite, modalidade EJA, para início das aulas que serão desenvolvidas na Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS.

1. DA PROGRAMAÇÃO:

1.1. Matrícula: 14.08.2006.
1.2. Horário: das 13h às 20 horas.

2. DAS AULAS:

2.1. Início das aulas: 14.08.06
2.2. Noite: Das 19 horas às 22 horas e 20 minutos.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

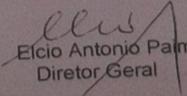
3.1. O candidato classificado deverá apresentar os seguintes documentos:

- Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental (Histórico Escolar) **1ª e 2ª vias originais** para os que possuem possibilidade de comprovação;
- Título de Eleitor (xerox legível);
- Comprovante de quitação do serviço militar (xerox legível);
- Exame de Saúde (comprovando que está apto a frequentar o Curso);
- Certidão de Nascimento ou Casamento (xerox legível);
- Comprovante de Vacina Antitetânica;
- Comprovante do Exame de Laboratório da Tipagem Sanguínea (fotocópia legível);

3.2. O candidato que não comparecer na data prevista para a matrícula perderá a vaga.
3.3. Não será efetivada matrícula com documentação incompleta.

OBS: Todos os alunos deverão fazer seguro por acidentes pessoais no dia da Matrícula (RS 37,00).

Sertão RS, 08 de agosto de 2006.


Elcio Antonio Palm
Diretor Geral

Fonte: Coordenação de Ensino do Campus Sertão - Disponível em documentos e arquivos na Coordenação Geral de Ensino do IFRS *Campus* Sertão.

ANEXO X Convite de formatura do Curso Técnico em Informática



Convite de formatura curso PROEJA. Fonte: Coordenação de Ensino do Campus Sertão - Disponível em documentos e arquivos na Coordenação Geral de Ensino do IFRS Campus Sertão.

ANEXO XI Matriz Curricular Curso Técnico em Comércio

| COMPONENTE CURRICULAR | MÓDULO | | | | | TOTAL |
|------------------------|--------|----|----|----|----|------------|
| | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | |
| FORMAÇÃO BÁSICA | | | | | | |
| Língua Portuguesa | 60 | 60 | 60 | | | 180 |
| Língua Inglesa | | | | 40 | 40 | 80 |
| Língua Espanhola | | | | | 40 | 40 |
| Artes | 40 | | | | | 40 |
| Educação Física | | | 40 | 20 | 20 | 80 |
| Matemática | 60 | 60 | 60 | | | 180 |
| Química | | 40 | 40 | 40 | | 120 |
| Física | | | 40 | 40 | 40 | 120 |
| Biologia | 40 | 40 | 40 | | | 120 |

| | | | | | | |
|-----------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| Geografia | 40 | | | 20 | 20 | 80 |
| História | 40 | 40 | | | | 80 |
| Filosofia | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 100 |
| Sociologia | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 100 |
| Informática | | | | 40 | 20 | 60 |
| SUBTOTAL | 320 | 280 | 320 | 240 | 220 | 1380 |

| COMPONENTE CURRICULAR | MÓDULO | | | | | TOTAL |
|---|--------|----|----|----|----|------------|
| | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | |
| FORMAÇÃO PROFISSIONAL | | | | | | |
| Fundamentos de Economia aplicados ao comércio e serviços | | 80 | | | | 80 |
| Fundamentos de Administração aplicados ao comércio e serviços | 80 | | | | | 80 |
| Fundamentos de Contabilidade aplicados ao comércio e serviços | | | 80 | | | 80 |
| Fundamentos de Legislação aplicados ao comércio e serviços | | | | 60 | 40 | 100 |
| Matemática comercial e financeira | | | | 60 | | 60 |
| Administração de estoques e suprimentos | | | | | 60 | 60 |
| Marketing e técnicas de vendas | | | | | 80 | 80 |
| Fundamentos do Comércio Exterior | | | 60 | | | 60 |
| Empreendedorismo | | 60 | | | | 60 |
| Recursos Humanos e Relações Interpessoais | 80 | | | | | 80 |
| Informática aplicada | | | | | 40 | 40 |
| Português Instrumental | | | | 40 | | 40 |

| | | | | | | |
|--------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| | | | | | | |
| Projeto Integrador | | 40 | 40 | 80 | 40 | 200 |
| SUBTOTAL | 160 | 180 | 180 | 240 | 260 | 1020 |
| TOTAL GERAL | 480 | 460 | 500 | 480 | 480 | 2400 |

Fonte: Coordenação de Ensino do Campus Sertão - disponível em <http://www.sertao.ifrs.edu.br>

ANEXO XII Professora Maria Ciavatta palestrando no *Campus*



Docentes presentes na palestra



ANEXO XIII Professor Gaudêncio Frigotto palestrando no *Campus*



Participação dos docentes na palestra



